



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



MONÁRIA GOMES DE MOURA ROCHA

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PICOENSE: Maria do Socorro Portela Marcílio e a década de 1940

PICOS-PI

2018

MONÁRIA GOMES DE MOURA ROCHA

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PICOENSE: Maria do Socorro Portela Marcílio e a década de 1940

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

PICOS-PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R672p Rocha, Monária Gomes de Moura.

A participação feminina na política picoense: Maria do Socorro Portela Marcílio e a década de 1940. / Monária Gomes de Moura Rocha. -- 2018.

55 f.

CD-ROM: 4 ³/₄ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

“Orientador(A): Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos..”

1. Política – Mulher. 2. Maria do Socorro Portela Marcílio.
3. Política – Picos, PI. I. Título.

CDD 320.98122

Elaborada por Rafael Gomes de Sousa CRB 3/1163

MONÁRIA GOMES DE MOURA ROCHA

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PICOENSE: Maria do Socorro Portela Marcílio e a década de 1940

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

Aprovado em 05/12/2018

BANCA EXAMINADORA

Raimundo Nonato Lima dos Santos

Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos – Orientador
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Marylu Alves de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Marylu Alves de Oliveira
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinadora Interna

Jackson Dantas de Macedo

Prof. Mestrando Jackson Dantas de Macedo
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinador Externo

A minha avó, Maria Ana Gomes, pois sem a senhora não teria conseguido atingir este sonho.

Aos meus pais e irmãs que também contribuíram na minha jornada acadêmica.

Ao meu marido Antônio Carlos da Rocha, por sua paciência e apoio que foram fundamentais para a realização deste sonho de torna-me historiadora. Dedico a você todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

A construção deste estudo não seria possível sem a colaboração dos intermediários que me apoiaram nesta etapa. Desta forma quero agradecer a todos que estiveram me apoiando na realização desse trabalho.

Diante disso quero agradecer primeiramente a Deus por ter me proporcionado tantas bênçãos em minha vida, e se estou chegando ao fim de um ciclo na minha jornada acadêmica foi graças ao Senhor.

A minha família em especial a minha avó Maria Ana Gomes que sempre esteve me apoiando nesta caminhada, sem a senhora vó possivelmente não estaria concluindo mais uma etapa da minha vida. Muito obrigada pelo apoio e dedicação.

Aos meus pais, Joaquim Veronildo Gomes de Moura e Lúcia da Conceição, obrigada pelo esforço de vocês para que eu adentrasse e finalizasse o curso que era meu sonho. Obrigada por vocês estarem sempre presentes mesmo quando não estão ao meu lado fisicamente. Vocês são a minha base, amo vocês.

Obrigada também as minhas irmãs Maria Francisca de Moura Damasceno e Maynara da Silva Moura, vocês sempre estiveram do meu lado me incentivando, auxiliando. Tenho certeza que posso contar com vocês em todos os momentos da vida.

Quero agradecer de modo especial ao meu marido Antônio Carlos da Rocha pela compreensão, paciência, amor e dedicação, pois sei que se estou finalizando esta minha caminhada acadêmica é graças a você que não me deixou desistir quando achava que não ia conseguir. Muito obrigada amor por seu companheirismo, incentivo e dedicação para comigo.

No centro acadêmico UFPI (Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos, por me ajudar e apoiar no desenvolvimento desse estudo. Suas orientações foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradeço também a professora Dra. Marylu Alves de Oliveira, que no início da elaboração desta produção monográfica me indicou diversas leituras que foram essenciais para a construção desse estudo, bem como suas contribuições durante a primeira apresentação deste trabalho. Logo também agradeço ao Mestrando Jackson Dantas de Macêdo por suas orientações no decorrer da primeira apresentação do referido trabalho.

O meu muito obrigada aos presentes que a UFPI me deu para a vida que são as minhas amigas: Daniela Moura, Raniele Oliveira, Raquel Rosa, e em especial a Cristilândia Sousa, a quem importanei a todo momento, pois sempre que tinha alguma dúvida na escrita

deste estudo e não apenas neste, mas em todas as produções acadêmicas eu pedia ajuda a você minha amiga, pois sei que posso te atormentar sempre em toda a vida. Obrigada também a Fátima Santana que me auxiliou bastante na construção deste trabalho, pois me esclareceu várias dúvidas. Muito obrigada a todas vocês que estiveram me apoiando durante essa trajetória acadêmica.

Obrigada às pessoas que contribuíram de forma direta para a elaboração desta produção monográfica, estas foram as depoentes: Amanda Portela Leal Lima, Maria Oneide Fialho Rocha, e Olívia da Silva Rufino Borges, vocês foram de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos vocês o meu muito obrigada!

Todas as vitórias ocultam uma abdicação.
Simone de Beauvoir.

RESUMO

O presente trabalho monográfico aborda sobre a participação feminina na política picoense, através da passagem de Maria do Socorro Portela Marcílio no executivo municipal em 1948. Esta mulher foi a única a governar Picos, desde a emancipação política em 1890, até a atualidade. Desse modo a presente produção monográfica se propõe analisar acerca de como Maria do Socorro Portela Marcílio ascendeu ao cargo de prefeita em uma época em que as mulheres participavam da política de forma muito modesta. Este estudo ainda enfatizará a atuação desta mulher durante a execução de seu mandato. Para a construção deste trabalho utilizamos fontes orais, escritas e audiovisuais. Com relação às fontes orais para melhor usufruto das mesmas recorreremos à metodologia de Sônia Maria de Freitas (2006). Já para o embasamento teórico utilizamos os seguintes estudos René Rémond (2003) e Michael Pollak (1992).

Palavras-Chave: Participação feminina. Política. Maria do Socorro Portela Marcílio. Picos.

ABSTRACT

The present monographic work deals with the female participation in Picos policy, through the passage of Maria do Socorro Portela Marcílio in the municipal executive in 1948. This woman was the only one to govern Picos, from the political emancipation in 1890, until the present time. In this way the present monographic production proposes to analyze about how Maria do Socorro Portela Marcílio ascended to the post of mayor in an era in which the women participated of the politics of very modest form. This study will also emphasize the role of this woman during the execution of her mandate. For the construction of this work we use oral, written and audiovisual sources. Regarding the oral sources for better use of the same, we used the methodology of Sônia Maria de Freitas (2006). On the theoretical basis, we used the following studies René Rémond (2003) and Michael Pollak (1992).

Key words: Female participation. Politic. Maria do Socorro Portela Marcílio. Picos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A CONJUTURA POLÍTICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	16
2.1. A “Revolução de 1930”	17
2.2. “Revolução de 1930” no Piauí.....	19
2.3. Os administradores do Piauí nas décadas de 1930 e 1940	22
2.4. Legislações municipais: Picos e as décadas de 1930 e 1940	32
3. UMA MULHER NO EXECUTIVO MUNICIPAL PICOENSE	35
3.1. Maria do Socorro Portela Marcílio: aspectos biográficos	35
3.2. A Investidura de Maria do Socorro Portela Marcílio ao Executivo Municipal picoense: especulações e bastidores políticos.....	36
3.3. O curto mandato da primeira e única prefeita de Picos	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

No decurso da década de 1940, o Brasil passava por um processo de transição no que se refere à conjuntura política, já que nesse período findou a Ditadura Vargas, e iniciou a redemocratização política. Neste contexto, no cenário político picoense um episódio de grande relevância se sucedia, pois adentrava no executivo municipal da cidade de Picos uma mulher, Maria do Socorro Portela Marcílio¹.

Assim como praticante do ofício de historiadora comecei a questionar-me sobre como ocorreu à ascensão de Maria do Socorro Portela Marcílio ao cargo de prefeita, e logo em uma época em que a abertura para a participação das mulheres na política acontecia de maneira tão inibida.

Com relação ao envolvimento com a temática participação feminina na política picoense, ocorreu devido me atentar que ainda são poucas as mulheres que na atualidade compõem o cenário político da cidade de Picos. Além de que, a predominância masculina a frente do executivo municipal me inquietou, e em vista disso quis me aprofundar mais a respeito da única mulher que administrou o município picoense.

Diante disso, comecei a pesquisar sobre o assunto, e li a monografia intitulada de *A Participação e a Atuação da Mulher na Sociedade e Política no Século XX: um ensaio biográfico de Olívia Rufino, em Picos-PI (1930-2000)*, que tem como autora Michele Ribeiro de Moura (2012). Neste trabalho monográfico a escritora menciona acerca da mulher que assumiu a prefeitura de Picos em 1948.

No tocante a inserção das mulheres no campo político que por sua vez era de predominância do gênero masculino, observemos alguns fatos que marcaram a inclusão das mulheres no âmbito da política, tal como o início das reivindicações referentes ao direito das mulheres de votar no Brasil. Conforme Nalva Maria Rodrigues de Sousa (2008. p. 11), essas discussões sobre o voto feminino começaram no decorrer de 1920. Desse modo, somente há quase três décadas depois dessas buscas por direitos foi que ascendeu no executivo municipal picoense a primeira mulher, pois como mencionamos Maria do Socorro Portela Marcílio assumiu seu mandato em 1948, cerca de quatorze anos após as reivindicações acima citadas alcançarem seu êxito, pois em 1934 foi posto na Constituição Federal (POLETTI, 2012. p. 36) o sufrágio feminino.

¹ Maria do socorro Portela Marcílio era filha de Celecina Portela Marcílio e Francisco Carlos Marcílio. Filha de italiano, nascida em Picos-Pi, morreu em 2015 com 87 anos, estudou contabilidade no Ceará e tornou-se prefeita no ano de 1948. Maria do Socorro Portela Marcílio casou-se com Luis Santos com quem teve seis filhos.

Diante disso já no que concerne ao cenário piauiense Maria do Socorro Portela Marcílio se apossou da prefeitura de Picos onze anos depois da primeira mulher piauiense ter adquirido seu título eleitoral, de acordo com Sousa (2008. p. 12), este feito ocorreu na cidade de Castelo do Piauí, em 1937. No contexto do Piauí, apenas posterior à passagem de Maria do Socorro Portela Marcílio no executivo municipal picoense, é que foi eleita pelo voto popular a primeira prefeita do Piauí, segundo Sousa (2008. p. 12), esta foi Zezita Cruz Sampaio no município de Buriti dos Lopes, em 1958.

Já no âmbito municipal picoense, quando Maria do Socorro Portela Marcílio se apossou como prefeita nenhuma mulher ainda havia ocupado um cargo político, uma vez que somente em 1967, são empossadas as primeiras vereadoras da cidade de Picos, estas eram Francisca Cintra da Silva (Dona Julieta) e Maria Inês Militão Rufino. Isso conforme a obra organizada por Maria da Conceição Silva Albano (2011. p. 66). Sendo assim, no cenário político municipal picoense as mulheres só conseguiram ingressar depois da governança de Maria do Socorro Portela Marcílio na prefeitura de Picos.

No que diz respeito ao ingresso de Maria do Socorro Portela Marcílio à prefeitura municipal de Picos, a mesma ingressou a partir de nomeação, ou seja, indicada, e não eleita pelo voto popular. Sua nomeação sucedeu devido ao falecimento do então prefeito na época, Abílio Coelho de Carvalho, além de que, não havia ainda se realizado a posse do primeiro prefeito eleito pelo voto popular após a Ditadura Vargas, este foi Celso Eulálio.

Portanto, o fato de Maria do Socorro Portela Marcílio ter exercido seu mandato em uma época em que a participação feminina no âmbito político tanto em nível nacional, estadual e municipal decorria de forma modesta, foi um acontecimento bastante significativo.

Diante disso, e ainda ao fato de Maria do Socorro Portela Marcílio ter sido a primeira mulher picoense a adentrar na política da cidade, e logo no cargo mais elevado, como prefeita, um estudo historiográfico que evidencie sobre essas questões, e principalmente que busque entender como a mesma chegou a este cargo em 1948, é de grande importância tanto para os estudos acadêmicos, onde não há nenhuma produção acadêmica que aborde com especificidade sobre a primeira e única prefeita da cidade de Picos.

Além disso, essa pesquisa historiográfica é fundamental para a sociedade picoense, pois este trabalho possibilitará que a população de Picos adquira um conhecimento, até mais aprofundado sobre a atuação de Maria do Socorro Portela Marcílio no comando da prefeitura da cidade em 1948.

O recorte temporal abordado nesta produção historiográfica corresponderá às décadas de 1930 e 1940, isso devido Maria do Socorro Portela Marcílio ter exercido seu

mandato de prefeita em 1948, mas será enfatizado sobre ambas as décadas, para que assim se possa compreender a conjuntura política, pois quando a ex-prefeita administrou o município picoense já havia finalizado a Ditadura Vargas, esta que teve início ainda na década de 1930. Desse modo, no período em que Maria do Socorro Portela Marcílio assumiu a prefeitura de Picos, o Brasil estava passando pelo processo de redemocratização política.

Com relação à problematização que norteia essa produção monográfica, o questionamento central é compreender como Maria do Socorro Portela Marcílio conseguiu alcançar o cargo de prefeita na cidade de Picos em 1948, visto que até este referido ano nenhuma mulher tinha conseguido ainda ascender sequer no legislativo e muito menos no executivo do município picoense.

Para além da questão da emergência desse personagem histórico ao executivo, outros questionamentos fundamentais também embasaram este estudo tais como: por que Maria do Socorro Portela Marcílio foi nomeada em 1948, período em que já havia finalizado o Estado Novo, bem como ocorrido a primeira eleição popular para o legislativo e executivo municipal? Por que escolheram a mesma para nomear como prefeita interina? O que a ex-prefeita realizou durante seu mandato? Entre outras perguntas de suma relevância para se entender a passagem desta mulher na governança da prefeitura de Picos.

Neste trabalho historiográfico foram utilizadas diversas fontes tais como: “Atas de Sessões realizadas na Câmara de Vereadores nos anos de 1948 e 1949”, “Discurso do Ver. Simão na sessão solene do dia 30 de maio de 2014”, na Câmara de Vereadores de Picos, as “Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946.”, bem como a “Constituição do Estado do Piauí de 1935”, “O orçamento da prefeitura de Jerumenha para o exercício de 1940”.

Ademais, foi manuseado o jornal digitalizado da década de 1950, este foi o “A Ordem”, também se fez uso de páginas da internet como: “Cidade Verde”, “Folha Atual”, “JPonline”, o “portal Genealógico Família Luz”, “portal da Câmara dos Deputados”, “Riachaonet”, e “Saiba Mais”, bem como os sites da “Câmara Municipal de Picos”, “Câmara dos Deputados”, e do “Tribunal Regional Eleitoral do Piauí”.

Além dessas, foram utilizadas fontes orais, para lidar com as mesmas foi necessário recorrer à metodologia da História Oral. Desse modo para aplicar a técnica da História Oral foi analisado a obra de Sônia Maria de Freitas (2006). Para a seleção dos entrevistados foram utilizados critérios tais como: que os depoentes fossem moradores de Picos e que tivessem vivido a época em estudo, além de que os mesmos deveriam ser indivíduos que acompanharam de forma mais próxima à política local.

Inicialmente selecionamos uma pessoa chave, Maria Oneide Fialho Rocha², no intuito de que posteriormente ela indicasse outras pessoas que pudessem nos conceder entrevistas. Em vista disso, contamos com o amparo da metodologia de Lucilia de Almeida Neves Delgado, quando esta autora sugere que: “[...] pessoas chaves são nucleares e servem como referência para seleção dos demais entrevistados” ([DELGADO] NEVES, In: PINHEIRO, 2004 apud SANTOS, 2007, p.18). Assim também realizamos entrevistas com Amanda Portela Leal Lima³ e Olívia da Silva Rufino Borges⁴.

Além do mais, este estudo monográfico também utilizou fontes audiovisuais como o “vídeo”, em que a ex-prefeita concedeu uma entrevista a Celles Nunes e Douglas Nunes em 18 de janeiro de 2014.

Este trabalho historiográfico conta com o embasamento teórico de René Rémond (2003) e Michael Pollak (1992). Já no que se refere ao bibliográfico utilizamos Maria da Conceição Silva Albano (2011), Michele Ribeiro de Moura (2012), Nalva Maria Rodrigues de Sousa (2008), e Wilson Nunes Brandão (2006). Foram utilizados também Francisco Alcides do Nascimento (1994), Kernard Krueel e Gervásio Santos (2009), Jackson Dantas de Macêdo (2017), Alessandra Noremborg e Isabelle Pinto Antonello (2016).

No que concerne à divisão desse trabalho monográfico, o mesmo é dividido em dois capítulos. Desse modo o primeiro capítulo será intitulado “**A CONJUNTURA POLÍTICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940**”, como o título nos aponta este capítulo ressaltará sobre os principais acontecimentos políticos das décadas de 1930 e 1940, especialmente os seguintes fatos “A Revolução de 1930”, a Ditadura Vargas, bem como o processo de redemocratização política que sucedeu após o fim do regime ditatorial. Além disso, será enfatizado também acerca do que vinha ocorrendo nestas décadas no âmbito político municipal picoense. Portanto a temática desse referido capítulo será bastante pertinente para que assim seja compreendido o contexto em que ocorreu o mandato da prefeita Maria do Socorro Portela Marcílio.

No segundo capítulo, “**UMA MULHER NO EXECUTIVO MUNICIPAL PICOENSE**”, abordaremos acerca da biografia de Maria do Socorro Portela Marcílio, bem como a respeito da temática central de nossa produção historiográfica, que se refere a como

²Maria Oneide Fialho Rocha nasceu em 01 de janeiro de 1947, 71 anos. Em 2012, aposentou-se como professora de Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, e ainda no referido ano assumiu a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento da prefeitura de Picos, onde continua ocupando este cargo até a atualidade.

³Amanda Portela Leal Lima nasceu em 28 de outubro de 1935, 82 anos, a mesma é aposentada pelo cargo de agente administrativo na repartição do Núcleo de Merenda Escolar de Picos-PI.

⁴Olívia da Silva Rufino Borges nasceu em 19 de abril de 1934, 84 anos. Atualmente a mesma está aposentada como professora da ENOP (Escola Normal Oficial de Picos).

Maria do Socorro Portela Marcílio conseguiu alcançar o executivo municipal picoense. Com relação a isso é ressaltado sobre a nomeação da ex-prefeita e também da possível indicação da mesma para comandar a cidade, por parte de um político influente no período Dr. Antenor Martins Neiva. Ainda é referido neste capítulo a respeito do mandato da ex-prefeita.

Portanto, a realização deste estudo monográfico tem como aspiração contribuir para a historiografia picoense, pois esperamos que o mesmo sirva como base para mais produções historiográficas relacionadas à participação feminina na política picoense, já que esse tema ainda é abordado pela sociedade acadêmica de maneira muito inibida, uma vez que há poucos estudos referentes ao mesmo.

2. A CONJUTURA POLÍTICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Neste capítulo abordaremos sobre a conjuntura política brasileira entre as décadas de 1930 e 1940, ou seja, enfatizaremos a respeito de como se encontrava o sistema político no decorrer dessas décadas, para que assim possamos entender como se encontrava o cenário político em 1948, quando a primeira prefeita de Picos Maria do Socorro Portela Marcílio ascendeu ao executivo municipal.

Desse modo neste capítulo enfocaremos acerca dos principais acontecimentos políticos que sucederam na década de 1930, entre estes a “Revolução de 1930”, tratando a respeito da mesma tanto em nível nacional, quanto estadual e municipal. A “Revolução de 1930” foi um movimento que findou com a política do “Café com Leite” que tinha se instaurado em 1898. Além disso, a mesma instituiu o chamado governo provisório de Getúlio Vargas, este durou até 1934, quando ocorreu eleição indireta para presidente da República, na qual Vargas foi eleito permanecendo no cargo até 1937. Já com relação aos governantes dos estados e municípios apontaremos que durante o governo provisório de Vargas os mesmos eram nomeados, entretanto no tocante ao período do governo constitucional de Vargas, o governador do estado foi eleito assim como o presidente de forma indireta.

A fase constitucional perdurou apenas até 1937, quando Vargas estabeleceu uma ditadura - o Estado novo, esta prevaleceu até a década de 1940, mais precisamente até 1945. Durante esse período os interventores estaduais e prefeitos novamente eram nomeados. No entanto, com o fim do regime estado novista em 1945, iniciou-se o processo de redemocratização política, e logo ainda neste mesmo ano, ocorreram de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí às eleições para presidente da República, senadores e deputados federais. Ainda conforme o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o cargo de governador a eleição popular só foi realizada em 1947, juntamente com as eleições para os cargos de senadores, deputados federais e deputados estaduais. Já para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí as eleições se sucederam apenas em 1948. Portanto, durante o período de redemocratização, antes da posse do primeiro prefeito eleito da cidade de Picos, a primeira mulher que assumiu o executivo municipal picoense, foi Maria do Socorro Portela Marcílio, que ingressou no cargo de prefeita através de nomeação. (ELEIÇÕES..., 2017).

Logo estes acontecimentos políticos mencionados serão enfatizados no decorrer deste capítulo de forma mais minuciosa.

2.1. A “Revolução de 1930”

A proclamação da República ocorreu em 1889, e logo depois em 1898, durante o governo de Campos Sales foi instituído pelo próprio presidente a chamada política do “Café com Leite”, neste sistema predominaria os interesses dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em outras palavras a partir desse período esses dois estados indicariam de forma alternada quem seria o presidente da República. A política do “Café com Leite” findou em 1930, com a chamada “Revolução de 30”, movimento armado que derrubou o governo de Washington Luís.

Com relação a esse período da política do “Café com Leite” que decorreu entre os anos de 1898 a 1930, de acordo com o Portal da Câmara dos Deputados assumiram a presidência da República dez governantes: o paulista Campos Sales (1898-1902); Rodrigues Alves também paulista (1902-1906); Afonso Pena, mineiro (1906-1909); Nilo Peçanha, fluminense (1909-1910); Marechal Hermes da Fonseca, gaúcho (1910-1914); Wenceslau Brás, mineiro (1914-1918); Delfim Moreira também mineiro (1918-1919); Epitácio Pessoa, paraibano (1919-1922); Arthur Bernardes, mineiro (1922-1926); e por fim o fluminense Washington Luís (1926-1930). (OS PRESIDENTES..., 2018).

É relevante enfatizamos sobre a participação feminina durante a política do “Café com Leite”. Pode-se perceber que somente homens ingressaram no executivo federal no decorrer desse período, isso por diversas razões. Dentre elas, vale destacar que a mulher nessa época ainda não exercia o direito de votar, pois somente em 1934, é posto na Constituição Federal o sufrágio feminino, logo se as mulheres não possuíam o direito de voto, também não possuíam o de se candidatar, não podendo, portanto, se eleger presidente da República. De acordo com as autoras Antonello e Noremborg (2016. p. 13), a mulher só conseguiu ingressar no executivo federal em 2011, quando foi eleita a presidente Dilma Rousseff.

No que concerne a “Revolução de 1930”, esta contou com apoio fundamental dos tenentes, na medida em que se encontravam descontentes com a política oligárquica. Além disso, os mesmos e o exército de forma geral estavam de fora do cenário político desde o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), o que contribuiu para tal apoio. Como Nascimento (1994. p. 24-25) elucida, os tenentes retornaram ao âmbito político a partir de 1922, como oposição ao governo. Desse modo, na campanha presidencial do referido ano, os tenentes se aliaram aos estados opositores, que eram: os Estados do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ainda no cenário político como oposição, os tenentes, em 1924, se revoltaram em São Paulo, Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Com relação ao exército no cenário político piauiense, de acordo com Nascimento (1994), no dia em que sucedeu a “Revolução de 1930” no Piauí, não houve uma forte resistência por parte dos soldados nos quartéis. Além disso, o que ocorreu foi o inverso, ou seja, os soldados que não participaram do movimento desde as conspirações acabaram aderindo ao mesmo durante as invasões. Portanto, no Piauí o exército também participou da “Revolução de 1930”, contribuindo com a mesma.

Em 1930, os tenentes se uniram a aliança liberal, esta coligação lançou Getúlio Vargas como candidato de oposição para a presidência da República. A aliança liberal se formou devido o então presidente Washington Luís ter indicado um candidato paulista para concorrer ao executivo federal. Nessa perspectiva Washington Luís estava rompendo com a política do “Café com Leite”, visto que, era a vez de Minas Gerais indicar o candidato a presidente. Assim, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, se uniram e formaram a coligação aliança liberal em oposição ao governo. A aliança liberal também detinha o apoio dos descontentes com o regime oligárquico, entre esses estavam a classe média, setores urbanos e a burguesia industrial.

Nascimento (1994. p. 47), frisa que em 01 de março de 1930, ocorreu a eleição para presidente da República e do lado governista, isto é, com apoio de Washington Luís pelo Partido Republicano, concorreu o paulista Júlio Prestes de Albuquerque, tendo como candidato a vice-presidente Vital Henrique Batista Soares. Já do lado da oposição pela coligação aliança liberal concorreu o gaúcho Getúlio Vargas, que em sua chapa tinha como candidato a vice-presidente o paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Nessas eleições quem venceu foi a chapa apoiada pelo presidente Washington Luís. Com a derrota a aliança liberal alegou fraudes nas eleições presidenciais. Além disso, em 26 de julho de 1930, aconteceu o assassinato de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o mesmo foi assassinado em Recife por João Dantas, o motivo do homicídio de acordo com Krueel e Santos (2009. p. 289), foi a publicação pelo jornal governista “A União” de documentos comprometedores do arquivo particular de João Dantas, estes documentos foram capturados na casa do mesmo pela polícia. No entanto, o assassinato foi associado ao Governo Federal. Desse modo o homicídio foi o estopim para o início da chamada “Revolução de 30”.

Conforme Krueel e Santos (2009), a “Revolução de 30” foi um movimento armado que começou no dia 03 de outubro de 1930, em Porto Alegre. Esse movimento resultou na deposição do, então, presidente Washington Luís do governo em 24 de outubro do mesmo ano, pelas tropas do exército. Este, logo em seguida, se exilou voluntariamente na Europa.

Quem ficou a frente do executivo federal após a saída de Washington Luís foi à junta militar composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto, e Isaías Noronha, permanecendo no poder até 03 de novembro de 1930, quando entregaram a presidência da República ao líder do movimento “Revolucionário” Getúlio Vargas, que governou até 1934, por meio de um governo provisório.

Getúlio Vargas assim que se apossou como presidente da República suspendeu a Constituição de 1891, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais. E ainda durante seu governo provisório o mesmo era responsável por nomear os interventores estaduais.

Como já foi mencionado, o governo provisório de Getúlio Vargas durou até 1934, conforme Nascimento (1994. p. 112), nesse mesmo ano em 16 de julho foi promulgada a nova Constituinte, sendo nela incorporado o voto indireto para a primeira eleição presidencial. A eleição se realizou no dia seguinte à promulgação da Constituição, pois a partir de uma manobra política a Assembleia que elaborou a Constituinte foi transformada em Câmara dos Deputados e também adquiriu as funções do Senado. Diante disso, essa Assembleia elegeu Vargas para o mandato de quatro anos.

Ainda sobre a Constituinte de 1934, é de suma importância evidenciar que desta participou pela primeira vez uma mulher, de acordo com Antonello e Noremborg (2016. p.12-13). A primeira Deputada Federal Carlota Pereira de Queirós foi eleita em 1933, e em 1934, participou da Constituinte, logo, a mesma ajudou a inserir na Constituição o direito do sufrágio feminino, uma conquista de grande importância na história política.

2.2. “Revolução de 1930” no Piauí

Na década de 1930, no Piauí o governador do estado era João de Deus Pires Leal, que havia ocupado o cargo em 1928, após um acordo realizado em 1927, entre o seu tio o senador Marechal Pires Ferreira e o governador Matias Olímpio de Melo. Este último não tinha como fazer seu sucessor, pois não possuía maioria de deputados na Assembleia Legislativa Estadual e também não contava com o apoio do presidente Washington Luís, esse por sua vez apoiava o Marechal Pires Ferreira. Desse modo, Matias Olímpio de Melo não teve alternativa a não ser se aliar ao seu opositor Marechal Pires Ferreira. No acordo firmado ficou acertado que o candidato a governador seria João de Deus Pires Leal sobrinho do Marechal Pires Ferreira, já o candidato a vice-governador seria Humberto de Arêa Leão cunhado de Matias Olímpio de Melo.

O governador Matias Olímpio de Melo era do mesmo partido político do senador Marechal Pires Ferreira o PRP (Partido Republicano Piauiense), no entanto os mesmos eram de alas opositoras dentro do partido. Como já abordamos para as eleições de 1928, os rivais se aliaram, todavia a aliança entre os opositores não durou muito tempo e assim que decorreu a eleição Matias Olímpio de Melo passou a ser oposição ao governo de João de Deus pires Leal.

Segundo Nascimento (1994. p. 41), em 1930, Matias Olímpio de Melo, o vice-governador Humberto de Arêa Leão, o deputado Hugo Napoleão do Rego, o desembargador Vaz da Costa, entre outros deram origem a coligação aliança liberal no Piauí. Além disso, Nascimento (1994. p. 54-55), enfatiza que às primeiras informações referentes ao movimento armado chamado de “Revolução” chegaram ao Piauí através do desembargador Vaz da Costa que recebeu uma carta do Dr. Manoel do Nascimento Fernandes Távora.

No que concerne ao movimento “Revolucionário” no Piauí, Nascimento (1994), ressalta que o mesmo ocorreu na madrugada do dia 4 de outubro de 1930, neste dia os componentes da aliança liberal Piauí juntamente com aliados, esses eram homens introduzidos pelo des. Vaz da Costa dentro do próprio 25º BC (Batalhão de Caçadores). Para além desses seguidores ainda no 25º BC havia um aliado o capitão Joaquim Lemos Cunha que já acompanhava o movimento desde as conspirações. Com isso esses correligionários ajudaram aos integrantes da aliança liberal a invadirem o quartel do 25º BC, após essa invasão o grupo cercou o palácio de Karnak e conseguiram apreender o governador João de Deus pires Leal, o mesmo foi levado preso para o 25º BC. Desse modo, com a deposição do governador quem assumiu o poder foi o vice-governador Humberto Arêa Leão, que por sua vez também havia participado do movimento “Revolucionário”.

O Governo Revolucionário do Piauí, implantado no Estado, obedecendo a um plano geral do País, cumpre, nesta hora em que inicia a sua vida administrativa, o dever de se dirigir à população de nossa terra no sentido de tranqüilizá-la.

A mudança do governo foi feita às primeiras horas da manhã, sem maiores danos individuais além da perda de um dos tenentes revolucionários, Basílio Silva, vítima de uma passageira resistência na Guarda da Polícia.

Em tais condições, o Governo Revolucionário se sente muito bem afirmando que garantirá plenamente a todos os cidadãos piauienses, livres no exercício de sua profissão. Contribuirá, em tudo ao seu alcance, para manter, em todo o nosso território, a ordem necessária ao seu plano de reconstrução liberal.

É ainda dever seu o de congratular-se com todos os piauienses pela vitória das armas revolucionárias. Teresina, 04 de outubro de 1930. Comandante Humberto de Arêa Leão. (Jornal “Estado do Piauí” apud NASCIMENTO, 1994. p. 61-62).

Logo depois que assumiu o governo Humberto de Arêa Leão foi empossado como interventor do Piauí no mesmo dia em que derrubou seu antecessor, para este cargo ele foi

indicado por Juarez Távora, que havia sido o responsável por comandar a “Revolução” no Nordeste.

É pertinente evidenciarmos que a “Revolução de 30” no Piauí se sucedeu como uma forma do grupo político que se encontrava fora do executivo estadual piauiense, ou seja, a oposição, retornar novamente. Essas disputas pelo poder entre os grupos políticos divergentes prevaleceram inicialmente no governo provisório do presidente Getúlio Vargas, e ocasionaram uma crise política que só foi de certa forma solucionada com a nomeação do tenente cearense Landri Sales em 1931.

Diante disso, com relação a esse poder que se associa ao Estado, e que era, e ainda é disputado pelos grupos políticos, é de suma importância ressaltarmos que esse poder corresponde a uma das definições abstratas do que é política. Sobre isso René Rémond enfatiza que “[...] política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder [...]” (RÉMOND, 2003. p. 444). Entretanto, o autor ainda aborda que não se trata de qualquer poder, mas sim do poder relacionado à sociedade global, de acordo com Rémond (2003), este poder se confunde com o Estado, ou seja, é o poder que um determinado grupo possui de tomar decisões por todos, e esse é o caso dos governantes tanto do executivo como do legislativo, os mesmos tem o poder de decidir por toda sociedade. Porém, devemos enfatizar que a definição de política segundo Rémond (2003), não é só essa relação com o Estado, pois de acordo com o autor o político não tem fronteiras, e assim nas palavras de Rémond (2003) “[...] se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo político”. (RÉMOND, 2003. p. 444).

No que se refere a “Revolução de 1930”, a nível municipal, em Picos, a mesma ocasionou a mudança do cargo de prefeito. Com a “Revolução de 30” o prefeito Dr. Antenor Martins Neiva foi substituído pelo fazendeiro Elizeu Pereira Nunes. A partir do Portal Genealógico Família Luz, é possível perceber que durante o governo provisório de Getúlio Vargas o executivo municipal picoense assim como o estadual piauiense foi bastante disputado tanto que entre 1930 a 1934, Picos teve seu governante alterado sete vezes: Elizeu Pereira Nunes (1930-1931), Justino Rodrigues da Luz (1931), Filandro Jullef Portela Richard (1931), Brás Costa (1931-1932), Plínio Mozart (1932), Justino Rodrigues da Luz (1932-1933), Elizeu Pereira Nunes (1933-1935). (ASPECTOS..., 2017).

Desse modo, durante o governo provisório de Getúlio Vargas a cidade de Picos foi governada apenas por homens, é importante frisar que nesse período os prefeitos eram

nomeados e assim ocorreu até a posse do primeiro prefeito eleito em 1948, este foi Celso Eulálio da UDN, partido opositor ao governo Vargas. Portanto, o monopólio masculino a frente do executivo municipal picoense só foi interrompido em 20 de março 1948, quando foi nomeada a primeira prefeita de Picos Maria do Socorro Portela Marcílio.

2.3.Os administradores do Piauí nas décadas de 1930 e 1940

O interventor Humberto de Arêa Leão se apossou do governo do estado do Piauí como já mencionado no dia 4 de outubro de 1930. Ainda neste mesmo dia conforme Nascimento (1994. p. 66), o interventor publicou o decreto de nº 1.104, que dissolveu os conselhos municipais, cassou o mandato dos intendentos municipais, e, além disso, substituiu o nome intendente municipal para prefeito. Este decreto estabeleceu também que o cargo de prefeito seria nomeado pelo interventor do estado: “O artigo segundo deste decreto define as regras do jogo: até definitiva organização do Estado, o poder municipal será exercido por um prefeito de nomeação do Governo do Estado” (Jornal “O Piauí” apud NASCIMENTO, 1994. p. 66.).

Além de nomear os prefeitos o interventor ainda comandava os municípios de forma direta, pois no artigo 3º do decreto de nº 1.104, foi posto que: “(...) ao Governo do Estado fica reservado o direito de restringir, ampliar ou suprimir qualquer das atribuições que lhe forem conferidas pelo presente decreto, inclusive a substituição do prefeito, quando assim convenha ao bem público do município” (Jornal “O Piauí” apud NASCIMENTO, 1994. p. 66.). Desse modo o prefeito era dependente do interventor do estado.

Portanto, a partir desse decreto o interventor do estado passaria a interferir de forma direta na administração dos municípios piauienses, já que cabia ao mesmo nomear e substituir os prefeitos municipais quando desejasse. Isso explica as diversas alterações dos prefeitos picoenses durante o governo provisório de Getúlio Vargas.

O interventor Humberto de Arêa Leão permaneceu a frente do estado do Piauí até o dia 29 de janeiro de 1931, quando também foi deposto do cargo por um movimento armado liderado por quem o havia ajudado a chegar ao poder, este foi o des. Vaz da Costa, o mesmo fez uso da Brigada policial do Estado, a quem comandava para assim destituir o governo de Humberto de Arêa Leão. Além disso, o exército ficou neutro e não intercedeu em defesa do interventor.

O des. Vaz da Costa ressaltou em carta escrita ao presidente provisório Getúlio Vargas, que derrubou o governo de Humberto de Arêa Leão, devido este ter implantado o

mesmo sistema oligárquico da República Velha, pois estava nomeando apenas seus familiares para ocuparem os cargos públicos:

(...) nomeou o seu irmão para prefeito da capital, um primo e cunhado de outro irmão – prefeito de Parnaíba – a principal cidade do Estado – e muitos outros parentes para vários empregos (...) Na Capital e no município vai fazendo uma política toda pessoal de irmãos, cunhados, primos e incondicionais. É uma nova oligarquia que se está organizando em substituição à que se extinguiu, com a dominante preocupação de alijamento progressivo de todos os elementos democráticos e revolucionários (...) Não tenho nenhum receio de que aqui se mande verificar a veracidade incontestável de tudo quanto afirmo (...). (Jornal “A Liberdade” apud NASCIMENTO, 1994. p. 72.).

Após ter derrubado o interventor Humberto de Arêa Leão, o des. Vaz da Costa assumiu o governo do estado, no entanto permaneceu apenas por algumas horas, pois ainda no dia 29 de janeiro de 1931, foi nomeado o capitão Joaquim Lemos Cunha para assumir a interventoria interinamente.

Portanto, assim como já apontamos durante esse período do governo provisório de Vargas especialmente até 1931, no Piauí ocorreram diversas disputas entre os grupos políticos pelo poder do Estado. Com isso o governo de Humberto de Arêa Leão para alcançar o executivo estadual derrubou seu antecessor João de Deus Pires Leal com o chamado movimento “Revolucionário”, e contou com apoio de quem logo depois o iria derrubar o des. Vaz da Costa. Desse modo havia assim um jogo político movido pelos interesses, isto é, era deposto do governo quem não corresponderia os anseios de um determinado grupo político, nesse caso o grupo político liderado pelo des. Vaz da Costa.

A interventoria do capitão Joaquim Lemos Cunha iniciou seu mandato, como já foi ressaltado, no dia 29 de janeiro de 1931, sendo ele indicado a Getúlio Vargas por Juarez Távora. Durante o movimento “Revolucionário” no Piauí o capitão Joaquim Lemos Cunha do 25º BC participou desde as conspirações.

Conforme Nascimento (1994. p. 73-74), Juarez Távora aconselhou a Joaquim Lemos Cunha que não fizesse muitas alterações no quadro administrativo que foi composto pelo seu antecessor. Entretanto, o interventor não executou essas recomendações, e nomeou pessoas ligadas ao des. Vaz da Costa para constituir sua administração.

Ademais, no que se refere ao desembargador, é cabível citar que o mesmo participou de forma direta do governo de Joaquim Lemos Cunha, já que era ele quem dava as ordens, ou seja, o des. Vaz da Costa manipulava o interventor, logo de certa forma quem governava o estado era o desembargador. Portanto, como já destacamos o governante do executivo estadual piauiense deveria satisfazer as aspirações do grupo político liderado pelo des. Vaz da Costa, pois, caso os interesses do mesmo não fossem correspondidos ele buscaria uma forma

de derrubar o interventor que estivesse à frente do poder como fez com Humberto de Arêa Leão.

Desse modo, podemos frisar que não era o interventor Joaquim Lemos Cunha quem tomava as decisões de forma isolada, mas sim em conjunto com o grupo de pressão que nesse caso era o grupo político liderado pelo des. Vaz da Costa. Com relação a essa questão das tomadas de decisões por parte do governo, Rémond (2003, p. 20) enuncia que os governantes não tomam as decisões, mas sim os grupos de pressão, ou seja, as decisões do Estado têm as suas origens nas estratégias dos grupos de pressão.

Ainda sobre o poder do des. Vaz da Costa, o mesmo como já mencionamos de certa forma detinha o controle de quem deveria ou não governar o estado. Acerca disso Nascimento (1994), evidencia que o desembargador impediu a nomeação de dois interventores que substituiriam o capitão Joaquim Lemos Cunha, o primeiro foi o juiz Raimundo Campos que foi designado por um decreto do governo provisório de Vargas e o outro interventor que chegou apenas a ser apontado foi Delso Fonseca. Sendo assim, o substituto do capitão Cunha foi indicado pelo des. Vaz da Costa, este por sua vez enviou diversos nomes para Juarez Távora, dentre os quais podemos destacar o nome do tenente Landri Sales, o mesmo foi o escolhido para assumir a interventoria do estado.

O tenente Landri Sales foi nomeado interventor em 20 de março de 1931, pelo governo provisório de Getúlio Vargas, com o intuito de resolver a crise política que foi instaurada no Piauí pelo des. Vaz da Costa, visto que, o mesmo derrubou dois governantes do estado e impossibilitou que dois interventores indicados por Vargas assumissem a interventoria. Por essa razão Getúlio Vargas nomeou um interventor que fosse de outro estado nesse caso do Ceará, para que assim não estivesse envolvido com os grupos políticos do Piauí. Além disso, Landri Sales era tenente e o governo provisório em sua maioria nomeou tenentes para se apossarem das interventorias estaduais, isso devido os mesmos terem participado da “Revolução de 1930”.

Segundo Nascimento (1994. p. 84), o interventor Landri Sales para centralizar seu governo extinguiu todas as Secretarias do Estado e criou apenas uma, que foi denominada de Secretaria Geral do Estado. A esta era incumbido administrar seis departamentos: Diretoria de Fazenda, Interior e Justiça, Viação e Obras Públicas, Instrução e Agricultura, Saúde Pública e Chefatura de Polícia.

Ainda sobre a Secretaria Geral, a Constituição do Estado do Piauí de 1935, possuía uma secção destinada para a mesma, nesta secção foi posto acerca das funções e responsabilidades designadas ao ocupante da Secretaria Geral. A respeito disso o artigo 71º,

da secção mencionada apontava que cabia ao secretário geral a responsabilidade de auxiliar ao governador do estado, e por sua vez o secretário geral deveria ser auxiliado pelos chefes dos departamentos. (CONSTITUIÇÃO..., 1935).

A Secretaria Geral continuou existindo, tanto que se encontrava presente no governo de Rocha Furtado (1947-1951). Conforme os autores Krueel e Santos (2009. p. 247), esta Secretaria no governo de Rocha Furtado detinha o controle de todos os departamentos que compunham a administração estadual, ou seja, a Secretaria Geral era responsável por toda administração pública do Estado. Desse modo, o sujeito que ocupava essa Secretaria era uma pessoa de confiança do governador, pois cabia ao mesmo comandar a todos os demais setores que compunham o governo.

Ainda acerca das Secretarias no âmbito municipal, o orçamento da prefeitura de Jerumenha para o ano de 1940, aponta que havia apenas uma Secretaria, pois nos gastos planejados no orçamento só faz alusão “a Secretaria”, sem especificar outras. Portanto, enfatizamos que se houvessem mais Secretarias teriam sido postas no orçamento. Desse modo, partindo dessa perspectiva podemos evidenciar que assim como no governo estadual, nas prefeituras também existia apenas uma Secretaria responsável por administrar todos os setores componentes da administração pública. (ESTADO DO PIAUHY..., 1939).

No que concerne a interventoria de Landri Sales, Nascimento (1994. p. 85), ressalta que o interventor enfrentou uma rebelião do dia 02 para 03 de junho de 1931. Esse movimento ficou conhecido como “Revolta dos Cabos”, em virtude dos cabos, sargentos e soldados terem tomados os quartéis do 25º BC, da Polícia Militar e também o Palácio de Karnak entre outros pontos. Além disso, os revoltosos prenderam Landri Sales, e assim momentaneamente apoderaram-se do poder. Todavia, como aparentemente não tinham um plano definido, não souberam o que fazer, pois apenas tomaram os pontos citados, não conseguindo derrubar o interventor Landri Sales.

Nascimento (1994), ainda cita que Landri Sales foi o interventor que mais durou a frente do estado do Piauí, pois permaneceu no executivo estadual mesmo depois de ter finalizado o governo provisório de Getúlio Vargas, este findou em 17 de julho de 1934, quando a Assembleia Legislativa elegeu Vargas para presidente por um mandato de quatro anos. A nível de Piauí a eleição indireta para governador do estado ocorreu em 22 de dezembro de 1934, todavia o governador eleito Leônidas de Castro Melo apenas se apossou em 03 de maio de 1935, até esta data quem permaneceu no governo foi o interventor Landri Sales.

Portanto, no que concerne a esse período do governo provisório de Getúlio Vargas, o executivo estadual piauiense inicialmente sofreu bastantes alterações, isso devido às disputas entre os grupos políticos, pois como enfatizamos quando os anseios de um determinado grupo político não eram correspondidos logo esse grupo buscava meios de derrubar o interventor. Diante disso, instaurou-se uma crise política no Piauí que só foi de certa forma minimizada quando um tenente de outro estado, Landri Sales, assumiu o poder, permanecendo por mais tempo no cargo, isso por que não estava vinculado pelo menos no princípio a nenhum grupo político piauiense.

Como enfatizamos em 1934, findou o mandato do governo provisório de Getúlio Vargas, dando fim também a nomeação de interventores estaduais por parte do presidente. Logo, para governar o estado do Piauí se sucedeu uma eleição indireta, isto é, a Assembleia Legislativa Estadual piauiense, de acordo com Krueel e Santos (2009, p. 313), elegeu em 22 de abril de 1935, o governador Leônidas de Castro Melo.

Leônidas de Castro Melo foi apoiado para o cargo de governador, pelo interventor Landri Sales, este último recusou se candidatar ao cargo, e assim indicou seu secretário geral Leônidas de Castro Melo para que o mesmo fosse o candidato do partido PNS (Partido Nacional Socialista). Portanto, devido ter contado com o apoio do interventor, Melo foi eleito governador. Conforme Krueel e Santos (2009), isso aconteceu em virtude da maioria dos deputados estaduais apoiarem o interventor Landri Sales, e como já mencionamos foram os mesmos quem escolheram o governador.

Além disso, segundo Nascimento (1994), Leônidas de Castro Melo não contou apenas com o apoio do interventor Landri Sales, mas também foi apoiado pelas antigas oligarquias que perderam o poder do Estado com a “Revolução de 1930”. Desse modo, Melo detinha o apoio dos “coronéis”. Ainda sobre isso Macêdo (2017), elucida que:

[...] eleição de Leônidas de Castro Melo ao governo do estado em 1935 a partir de uma indicação feita pelo seu antecessor, o interventor Landri Sales; consumada por uma aliança com o grupo das famílias que haviam sido afastadas do poder em 1930, a chegada de Leônidas de Castro de Melo ao poder representava a volta, continuidade e compactação em um sistema oligárquico que de fato nunca cessou no Piauí. (MACÊDO, 2017, p. 86).

No tocante a continuidade do sistema oligárquico, isto é, do coronelismo na política piauiense, Macêdo (2017), ainda enfatiza que a “Revolução de 1930”, não findou o sistema coronelista, o que ocorreu foi apenas uma troca das oligarquias, pois a oligarquia que se encontrava no poder antes da “Revolução” foi destituída, e assim substituída por uma nova oligarquia.

[...] A política varguista, teoricamente, tinha como por objetivo extinguir as oligarquias, porém no Piauí as oligarquias eram uma realidade que não viria a ser modificada. Em maior ou menor escala de atuação política, um regime em que o poder é exercido por um grupo seletivo de pessoas sem a aprovação por unanimidade da população, e onde os atores políticos são pessoas pertencentes ao mesmo partido, classe ou família, atendendo primeiramente aos interesses dos mesmos, não pode se tratar de outra coisa a não ser um coronelismo, uma oligarquia. (MACÊDO, 2017. p. 28).

Ainda a respeito do sistema coronelista o autor Victor Nunes Leal (2012), frisa que:

[...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012 apud MACÊDO, 2017. p. 28).

No que concerne ao governo de Leônidas de Castro Melo, o mesmo tomou posse do executivo estadual piauiense em 03 de maio de 1935, e permaneceu como governador constitucional até 10 de novembro de 1937, quando foi nomeado interventor do estado. De acordo com Krueel e Santos (2009), isso ocorreu devido nesse mesmo dia Getúlio Vargas ter implantado o Estado Novo, ou seja, Vargas destituiu o Congresso Nacional, decretou uma nova Constituição e nomeou os interventores estaduais.

Além disso, no que se refere à Constituição (PORTO, 2012), implantada por Getúlio Vargas em 1937, que vigorou no decorrer do Estado Novo, foi posto na mesma, dois artigos que abordavam sobre as nomeações para os cargos de interventores dos estados e de prefeitos municipais. No artigo 9º (nono), era enfatizado que o interventor de cada estado deveria ser escolhido pelo presidente da República, enquanto que o artigo 27º (vigésimo sétimo) destacava que o prefeito municipal deveria ser nomeado pelo interventor do estado.

No que concerne a nível municipal, a cidade de Picos durante o governo constitucional de Leônidas de Castro Melo, foi administrada por dois prefeitos estes foram segundo o Portal Genealógico Família Luz: Brocardo das Chagas Leitão (1935), e Justino Rodrigues da Luz (1935-1937). Desse modo neste período não ocorreu diversas alterações no executivo municipal picoense como se sucedeu durante o governo provisório de Getúlio Vargas que prevaleceu entre 1930 a 1934. (ASPECTOS..., 2017).

Durante o Estado Novo, Leônidas de Castro Melo continuou à frente do executivo estadual piauiense como interventor no decurso de todo o regime, e foi deposto do cargo apenas em 1945, quando o regime estado novista teve fim. A respeito da interventoria de Leônidas de Castro Melo, segundo Macêdo (2017), a mesma passou por conturbações, uma dessas foram os incêndios nas casas de palhas ocorridos em Teresina. Esse fato pode ter contribuído para a composição de uma imagem negativa do interventor. A respeito disso, vale

ressaltar que ao fim da Ditadura Vargas o interventor Melo deixou o poder sob “achincalhamentos” do povo. Além disso, na eleição para presidente da República de 1945, o candidato Eurico Gaspar Dutra do PSD, que era apoiado por Leônidas de Castro Melo, foi derrotado no Piauí por seu adversário Eduardo Gomes da UDN. Portanto, a imagem de Melo frente à população piauiense pode ter colaborado para a derrota de Dutra no Piauí.

No que concerne ao município de Picos durante a Ditadura Vargas, conforme Moura (2012), e também o Portal Genealógico Família Luz, a cidade foi administrada pela família Santos. No período correspondente a 1937-1938, quem esteve à frente do executivo municipal picoense, foi o Cel. Francisco de Sousa Santos, e em seguida o seu filho Adalberto de Moura Santos (1938-1945). (ASPECTOS..., 2017).

O Estado Novo findou em 1945, já no início do referente ano, conforme Macêdo (2017. p. 68), esse sistema entrou em falência isso ocasionado por diversos aspectos: políticos, sociais, econômicos e principalmente a imagem do regime perante a sociedade, pois na segunda guerra mundial o governo brasileiro lutando ao lado dos aliados, apoiou o fim das ditaduras, no entanto o Brasil permanecia sob uma ditadura, logo essa incoerência contribuiu para o fim da Ditadura Vargas.

Desse modo, Krueel e Santos (2009. p. 230), enfatizam que com o desgaste do regime estado novista, Getúlio Vargas convocou em fevereiro de 1945, eleições gerais para o final daquele mesmo ano. Além disso, ainda no referido ano no mês de abril foi permitido à formação dos partidos políticos.

A respeito da formação dos partidos políticos, é pertinente enfatizarmos que para ser considerado um partido político não basta apenas que um determinado grupo esteja ou pretenda está no poder, pois Serge Berstein ressalta que essa situação se relaciona com as forças políticas, e estas necessariamente não englobam somente os partidos, mas também grupos parlamentares, facções etc. Assim Berstein, frisa que para ser classificado como um partido político são necessários quatro critérios:

a duração no tempo, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública. [...] – *a extensão no espaço*, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população. [...] – *a aspiração ao exercício do poder*, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestaram. [...] – *enfim, a vontade de buscar o apoio da população*, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores [...]. (BERSTEIN apud RÉMOND, 2003. p. 62-63).

Partindo dessa perspectiva de Berstein, sobre o que é necessário para que se constitua um partido político, analisaremos agora a formação dos partidos políticos que surgiram no fim da Ditadura Vargas. Um dos partidos que se formou foi a UDN (União Democrática Nacional), este era oposição ao regime ditatorial. Desse modo, na eleição de 1945, a UDN lançou como candidato a presidência da República o Brigadeiro Eduardo Gomes.

No Piauí a UDN se instituiu a partir de grupos políticos opositores ao governo de Leônidas de Castro Melo. Para, além disso, Krueel e Santos (2009. p. 231), evidenciam a lista de nomes dos políticos que formaram a UDN Piauí, entre estes nomes encontra-se o do fundador do partido no estado, que foi Eurípedes de Aguiar, e também os nomes de Matias Olímpio de Melo, Celso Eulálio, este que por sua vez foi eleito em 1948, prefeito de Picos pela UDN. Além dessas personalidades políticas outras participaram da formação da UDN no Piauí.

Outro partido que se formou em 1945, foi o PSD (Partido Social Democrático), segundo Macêdo (2017. p. 100), este partido se constituiu dentro do governo para combater a candidatura do opositor Eduardo Gomes da UDN. Os autores Krueel e Santos (2009. p. 230), também elucidam que o PSD foi constituído pela supervisão do próprio Getúlio Vargas, e ainda contou com apoio de vários integrantes da administração pública e de oligarquias regionais.

Ainda no que concerne à formação do PSD, no âmbito estadual piauiense, assim como ocorreu no contexto nacional este partido surgiu dentro do governo piauiense, pois foi o próprio interventor Leônidas de Castro Melo que criou o PSD em junho de 1945.

Só em 1945, quando a nação preparava-se para a nova fase constitucional, foi autorizada a criação de novos partidos. Surgiram então duas grandes organizações partidárias: o Partido Social Democrático (P.S.D), de apoio ao governo; e a União Democrática Nacional (U.D.N), de oposição[...]. Coube-me a honra de fundar a Seção Piauiense do Partido Social Democrático (P.S.D), o que se realizou na noite de 17 de junho de 1945[...]. (MELO apud MACÊDO, 2017. p. 103).

Para além desses partidos mencionados surgiu também em 1945, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que assim como o PSD, se formou envolta de Getúlio Vargas, já que conforme Krueel e Santos (2009), o PTB foi criado pelo Ministério do Trabalho. Portanto, Getúlio Vargas de certo modo participou da formação de dois partidos o PSD, e o PTB.

Outros partidos que se formaram em 1945, foram: o Partido Social Progressista (PSP), e o Partido de Representação Popular (PRP), segundo Krueel e Santos (2009. p. 231), o PSP foi liderado por Ademar Barros, este partido predominava de forma mais intensa em São Paulo. Já o PRP teve como fundador Plínio Salgado e alguns apoiadores da classe média.

Ainda com relação à formação dos partidos em 1945, o Partido Comunista do Brasil (PCB), saiu da ilegalidade. Apesar de ter surgido em 1922, o PCB durante o Estado Novo foi considerado ilegal, agindo, portanto, irregularmente.

Desse modo, Getúlio Vargas no começo do ano de 1945, já se preparava para findar o Estado Novo, diante das crises que o regime vinha enfrentando. Entretanto, o fim da ditadura não sucedeu tal como Vargas planejava, pois o mesmo pretendia ficar a frente do governo quando a nova Constituinte fosse promulgada, porém isso não ocorreu. De acordo com Krueel e Santos (2009), Getúlio Vargas foi deposto do cargo em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar.

Logo após a deposição de Getúlio Vargas quem se apossou do executivo federal foi o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares, que permaneceu até que fosse empossado o presidente eleito general Eurico Gaspar Dutra do PSD, o mesmo venceu a eleição para a presidência da República em 02 de dezembro de 1945, e contou com o apoio de Getúlio Vargas, e também do PTB. Já no que concerne a posse do presidente Dutra os autores Krueel e Santos (2009), elucidam que a mesma ocorreu em 31 de janeiro de 1946.

No tocante ao cenário piauiense, Macêdo (2017), evidencia que com o fim do Estado Novo, Leônidas de Castro Melo foi destituído do executivo estadual em 09 de novembro de 1945, ao receber um telegrama do general Eurico Gaspar Dutra, seu companheiro de partido, porém mesmo assim Melo apoiou o general Dutra, na eleição para presidente da República.

No entanto Leônidas de Castro de Melo não desanimou. Passado o choque e, estabelecidas algumas reuniões, como o próprio Melo (1976) cita, a vida seguiu, o jogo político não poderia parar. Melo continuou fiel ao seu partido, e continuou apoiando Dutra, mesmo depois de destituído do cargo. A vitória do PSD a nível Nacional poderia lhe lograr algum tipo de benefício, uma vez que além de ser o presidente da sessão do partido no Piauí, era um político médico e professor, com experiência. E acabou se candidatando ao senado. (MACÊDO, 2017. p. 104).

Da destituição do interventor Leônidas de Castro Melo, até a posse do governador eleito Rocha Furtado em 28 de abril de 1947, conforme Krueel e Santos (2009), vários interventores estaduais foram nomeados durante este período:

[...] coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, militar de muitas afinidades com os udenistas locais, que, pouco depois, por motivo de saúde, transmitiu o governo ao professor Benedito Martins Napoleão do Rêgo, seu secretário-geral, a 19 de dezembro de 1945. Ao professor Martins Napoleão sucedeu o major José Vitorino Correia, a 20 de março de 1946. [...] Ao major José Vitorino Correia sucedeu, interinamente, o Dr. Valter Alencar, a 8 de julho de 1946. Este transmitiu, a 3 de setembro de 1946, o cargo ao Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, sucedido, a 11 de outubro de 1946, pelo Dr. Teodoro Ferreira Sobral, político de prestígio em Floriano e renome em todo o Piauí. A 9 de novembro de 1946, o poder foi transferido ao Dr. Raimundo de Brito Melo, secretário-geral do Governo. Reassumindo o cargo, a 9 de dezembro de 1946, o Dr. Teodoro Sobral passou as funções, a 23 de março de 1947, ao Dr. Waldir de Figueiredo Gonçalves. (KRUEEL; SANTOS, 2009. p. 335-336).

Desse modo, percebemos que no intervalo de tempo transcorrido entre a deposição do interventor Leônidas de Castro Melo em 09 de novembro de 1945, até a posse do governador eleito Rocha Furtado ocorrida em 28 de abril de 1947, permaneceu ocorrendo as nomeações para o executivo estadual piauiense.

Rocha Furtado foi o primeiro governador piauiense eleito após o fim da Ditadura Vargas, a eleição ocorreu em 19 de janeiro de 1947. Conforme Krueel e Santos (2009), nessa eleição Rocha Furtado como candidato da UDN venceu com 55.650 dos votos, o seu opositor coronel Jacob Gaioso e Almendra do PSD, o mesmo recebeu apenas 51.183 dos votos. Além disso, os autores enfatizam que Rocha Furtado venceu a eleição com folga na capital de Teresina e em outras diversas cidades, entre estas, Picos.

A respeito da candidatura de Rocha Furtado ao governo piauiense, Krueel e Santos (2009) ressaltam que o mesmo foi convidado pelos principais líderes da UDN, Eurípedes de Aguiar e Matias Olímpio de Melo, para ser o candidato do partido. Inicialmente Rocha Furtado recusou, no entanto, posteriormente acabou aceitando o convite.

Rocha Furtado teve como vice-governador o Dr. Osvaldo da Costa e Silva que era do PSD, assim o vice-governador era da oposição isso ocorreu devido o mesmo ter sido eleito pela Assembleia Legislativa Estadual, que era composta em sua maioria por deputados do PSD. “[...] PSD elegeu 17 deputados contra 14 da UDN e 1 do PTB. [...]” (KRUEEL; SANTOS, 2009. p. 242.).

Diante disso, a oposição detinha maioria no legislativo estadual e esse fato prejudicou o mandato do governador Rocha Furtado, já que segundo Krueel e Santos (2009), os deputados do PSD aprovaram atos institucionais, onde restringia os poderes do governador. Portanto, Rocha Furtado teve um governo conturbado e para além da oposição, o mesmo sofreu conflitos dentro do próprio partido, pois a UDN tentou manipulá-lo, porém o governador não se subordinou, e logo teve divergências com seu partido.

Durante o governo de Rocha Furtado fatos importantes se sucederam como a promulgação da Constituição Estadual, que de acordo com Krueel e Santos (2009. p. 342.), foi promulgada em 22 de agosto de 1947. Para, além disso, foi criado o cargo de vice-governador, este por sua vez também desempenhava as funções de presidente da Câmara de Deputados Estaduais, entre outros acontecimentos.

É relevante analisarmos outro acontecimento bastante significativo que ocorreu durante o governo de Rocha Furtado, este foi à inserção da primeira mulher ao executivo municipal picoense, a mesma foi Maria do Socorro Portela Marcílio, que tomou posse como prefeita de Picos em 20 de março de 1948, quando foi nomeada, pois ainda neste período o

cargo de prefeito era ocupado através de nomeações. Todavia, foi neste mesmo ano em 28 de fevereiro que sucedeu a primeira eleição popular para prefeito em Picos, e assim em 21 de abril de 1948, a prefeita Maria do Socorro Portela Marcílio transferiu o cargo para o primeiro prefeito eleito Celso Eulálio.

Ainda Conforme Krueel e Santos (2009. p. 342-343.), o governo de Rocha Furtado findou em 31 de Janeiro de 1951, após sair do poder o mesmo foi morar em Fortaleza capital do Ceará, e lá mesmo faleceu em 27 de fevereiro de 2005.

Por fim é pertinente elucidarmos que após a Ditadura Vargas, nas primeiras eleições que se sucederam no Piauí tanto a eleição para a presidência da República em 1945, como para governador do estado em 1947, a UDN venceu ambas. Além disso, como já mencionamos na primeira eleição municipal picoense que ocorreu em 1948, o prefeito eleito foi Celso Eulálio também da UDN. Portanto a UDN nas primeiras eleições que se seguiram depois da Ditadura Vargas, conseguiu a maioria do apoio da população piauiense.

2.4. Legislações municipais: Picos e as décadas de 1930 e 1940

Neste tópico será abordado sobre as nomeações ocorridas para prefeitos durante o intervalo de tempo transcorrido entre o fim da Ditadura Vargas em 1945, e a posse do primeiro prefeito eleito pelo voto popular na cidade de Picos, Celso Eulálio, que se apossou em 21 de abril de 1948.

Com relação às nomeações para prefeito, o político Dr. Antenor Martins Neiva foi nomeado duas vezes para o executivo municipal picoense, a primeira vez foi em 1928 á 1930, neste mandato ele foi designado para o cargo de intendente municipal, pois assim era denominado o cargo de prefeito naquela época, vindo a ser mudado em 4 de outubro de 1930, pelo decreto nº 1.104, promulgado pelo interventor estadual Humberto de Arêa Leão, isso conforme Nascimento (1994. p. 66).

Já no que se refere à segunda nomeação do Dr. Antenor Martins Neiva, esta ocorreu em 1945, e ele permaneceu no mandato até 1946. De acordo com Albano (2011. p. 50), o ex-prefeito foi nomeado logo após o fim do Estado Novo, isto é, assim que depuseram Getúlio Vargas do poder. O Interventor Federal José Linhares, que como já citamos ocupou a presidência enquanto decorria a eleição para presidente da República, designou Dr. Antenor Martins Neiva no dia 12 de outubro de 1945, para assumir a prefeitura de Picos.

O Dr. Antenor Martins Neiva continuou no cargo de prefeito ainda conforme Albano (2011. p. 50-51) até março de 1946, quando devido à vitória presidencial do General Eurico

Gaspar Dutra do PSD, foi nomeado mais uma vez o Cel. Francisco de Sousa Santos, este que como já frisamos comandou a cidade de Picos juntamente com seu filho Adalberto de Moura Santos durante toda a Ditadura Vargas.

Logo como mencionamos as nomeações para prefeito continuaram vigorando mesmo já havendo finalizado o Estado Novo, isso ocorria enquanto não se sucedia a posse do primeiro prefeito eleito para este cargo.

No tocante ao Estado Novo é ressaltado por Brandão (2006. p. 10), que durante este regime político foi extinto o Congresso Nacional das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. E pelo que consta na obra organizada por Albano (2011. p. 63.), a primeira legislatura de vereadores em Picos após a Ditadura Vargas só tomou posse em 21 de abril de 1948. Dessa forma, há vestígios de que quando Maria do Socorro Portela Marcílio foi nomeada prefeita de Picos não existia Câmara de Vereadores na cidade.

Além disso, o livro que contém as Atas de Sessões da Câmara Municipal de Picos referentes aos anos de 1948 a 1951, período esse em que, quem estava à frente do executivo municipal de Picos era o primeiro prefeito eleito pelo voto popular Celso Eulálio. Este livro de Atas de Sessões inicia com um Termo de Abertura que foi escrito pelo então juiz Eleitoral da época Vidal de Freitas, em 20 de abril de 1948. Nesse Termo de Abertura foi posto pelo juiz Eleitoral que o livro era designado para a Ata de instalação da Câmara Municipal, bem como, para a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos em 28 de fevereiro de 1948. Com isso, a partir desta fonte há evidências de que a Câmara Municipal de Picos foi instalada apenas em 20 de abril de 1948, desse modo à mesma não existia durante o Estado Novo e nem até a data acima enfatizada em que foi escrito o Termo de Abertura.

Portanto, até 21 de abril de 1948, quando se empossou o prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos na primeira eleição popular da cidade Picos, mesmo já tendo finalizado o Estado Novo os prefeitos ingressavam ao cargo através de nomeações, estas possivelmente eram concedidas pelo governador do estado, tal como ocorria durante o regime estado novista. Logo podemos enfatizar que foi isso que ocorreu com Maria do Socorro Portela Marcílio, ou seja, a mesma foi nomeada pelo governador eleito do estado do Piauí Rocha Furtado da UDN, mesmo partido do então deputado estadual Dr. Antenor Martins Neiva. Essas informações referentes ao partido filiado do governador do estado do Piauí e do deputado estadual estão contidas no livro de Brandão (2006. p. 24).

Com relação a essa questão do deputado estadual Dr. Antenor Martins Neiva e o governador Rocha Furtado pertencerem ao mesmo partido isso pode ter contribuído para a nomeação de Maria do Socorro Portela Marcílio para o executivo municipal picoense, uma

vez que foi Dr. Antenor Martins Neiva que inseriu a mesma na prefeitura de Picos, já que foi ele quem a escolheu como secretária da prefeitura em 1945, logo o mesmo pode ter indicado ao governador o nome de Maria do Socorro Portela Marcílio para assumir a prefeitura de Picos até que fosse empossado o prefeito eleito.

Desse modo concluímos este capítulo enfatizando que o cenário político nas décadas de 1930, que antecedeu, e 1940 que sucedeu a ascensão da primeira mulher ao executivo municipal picoense foi bastante agitado. Durante essas décadas como elucidamos neste capítulo o regime político se modificou por diversas vezes, tanto que em 1948, quando a prefeita assumiu ainda estava ocorrendo o processo de redemocratização que iniciou em 1945, quando findou o Estado Novo. Logo, podemos evidenciar que Maria do Socorro Portela Marcílio foi prefeita de Picos em um período conturbado da história política brasileira.

3. UMA MULHER NO EXECUTIVO MUNICIPAL PICOENSE

Maria do Socorro Portela Marcílio foi à única mulher que administrou a cidade de Picos, assumindo o cargo no ano de 1948, logo após a Ditadura Vargas. A prefeita se apossou através de nomeação, pois no ano citado foi quando ocorreu a primeira eleição popular para prefeito. Desta forma neste capítulo será acentuado sobre como esta mulher se tornou prefeita da cidade de Picos.

Este capítulo se encontra dividido em tópicos, desse modo inicialmente apontaremos aspectos biográficos da vida pessoal da ex-prefeita, bem como no tópico “A investidura de Maria do Socorro Portela Marcílio ao Executivo Municipal Picoense: especulações e bastidores políticos” trataremos a respeito da nomeação da ex-prefeita. Como já dito, ela chegou ao cargo de prefeita por meio de nomeação, mesmo já havendo finalizado a Ditadura Vargas. Além disso, este tópico evidenciará que a escolha da ex-prefeita pode ter sido influenciada por políticos locais.

Ademais, abordaremos acerca do mandato da ex-prefeita, onde enunciaremos a duração do mesmo. Além disso, analisaremos sobre a atuação de Maria do Socorro Portela Marcílio no decorrer da execução de seu mandato. Portanto, este capítulo focalizará na trajetória pessoal e política da única mulher que alcançou o Executivo Municipal picoense.

3.1. Maria do Socorro Portela Marcílio: aspectos biográficos

Maria do Socorro Portela Marcílio foi a primeira, e até então, a única mulher que administrou a cidade de Picos. Dessa forma, desde 1890, ano em que ocorreu a emancipação política de Picos até a atualidade a ex-prefeita foi a única mulher que conseguiu romper com a supremacia masculina no poder executivo municipal.

Durante o período em que Maria do Socorro Portela Marcílio morou em Picos sua casa se localizava onde atualmente funciona a Caixa Econômica Federal, na Rua Cel. Luís Santos, no Centro da cidade. Já no que diz respeito à formação educacional da ex-prefeita, a mesma estudou metade do ginásio em Salvador na Bahia e, no Colégio das Irmãs em Teresina, onde estudou três anos. Em seguida ela realizou um curso de Contabilidade em Fortaleza capital do Ceará.

De acordo com a entrevista que foi realizada com a senhora Amanda Portela Leal Lima (2018) o curso de Contabilidade feito pela ex-prefeita era curso superior. Já as

depoentes Maria Oneide Fialho Rocha (2018) e Olívia da Silva Rufino Borges (2018) frisaram que não sabiam se o curso de Contabilidade de Maria do Socorro Portela Marcílio era técnico ou superior, mas acreditavam que provavelmente tenha sido o técnico. Ainda conforme Maria Oneide Rocha (2018) naquela época o curso de Contabilidade era técnico, vindo somente depois a ser transformado em superior.

Após se formar em Contabilidade Maria do Socorro Portela Marcílio retorna a Picos e, em 1945, é nomeada como secretária da prefeitura municipal pelo então prefeito Dr. Antenor Martins Neiva. Segundo as entrevistadas Amanda Lima (2018), Maria Oneide Rocha (2018) e Olívia Borges (2018), a função executada por Maria do Socorro Portela Marcílio era de secretária na prefeitura de Picos.

Com relação ao que era desempenhado pelo cargo de secretária conforme foi mencionado no capítulo anterior, no âmbito estadual existia apenas uma Secretaria, e como vimos o orçamento da prefeitura de Jerumenha para o exercício de 1940, também só fazia alusão a uma Secretaria. Logo, a partir desse orçamento podemos ressaltar que no contexto municipal assim como no estadual havia apenas uma Secretaria, e esta era responsável por comandar todos os setores que compunham a administração pública. Portanto, quem ocupava tal cargo detinha grande poder, pois estava abaixo apenas do prefeito. Assim ser secretária neste período era um cargo de significativa relevância. (ESTADO DO PIAUHY..., 1939).

Desse modo, neste referido tópico foi evidenciado um pouco sobre a biografia pessoal, bem como profissional da ex-prefeita, já que foi enfatizado aspectos da sua vida pessoal e profissional.

3.2. A Investidura de Maria do Socorro Portela Marcílio ao Executivo Municipal Picoense: especulações e bastidores políticos

No tocante as questões da emergência de Maria do Socorro Portela Marcílio ao cargo de prefeita, o depoimento de Maria Oneide Rocha (2018) exprime que foi Dr. Antenor Martins Neiva, quem indicou a ex-prefeita para assumir a prefeitura de Picos em 20 de março de 1948, quando ocorreu a morte do então prefeito Abílio Coelho de Carvalho.

O ex-prefeito faleceu vítima de um assassinato, segundo ainda a depoente Maria Oneide Rocha (2018) e também a entrevistada Olívia Borges (2018). Abílio Coelho de Carvalho foi baleado pelo compadre, devido o mesmo ter se envolvido em uma discussão conjugal entre o futuro assassino e sua esposa, com o intuito de defender esta última, o ex-

prefeito acabou sendo baleado. De acordo com Albano (2011. p. 51.), o prefeito interino foi baleado no dia 13 de março de 1948, chegando a falecer cinco dias depois.

Conforme a depoente Maria Oneide Rocha (2018) o assassinato do ex-prefeito Abílio Coelho de Carvalho ocorreu da seguinte forma:

“Ele foi assassinado [o prefeito Abílio Coelho de Carvalho] numa briga, até em uma questão familiar, o compadre dele chamado Diogo estava tomado e batendo na mulher, a mesma pediu socorro, e ele foi lá socorrer e o compadre estava armado e atirou.” (ROCHA, 2018).

Ainda com relação ao falecimento de Abílio Coelho de Carvalho, a entrevistada Olívia Borges (2018) ressaltou que:

“O que eu sei é que ele era compadre e amigo da pessoa que o matou, e que o que matou batia na mulher. E Abílio Coelho de Carvalho sempre ia ajeitar, e nesse dia o mesmo chegou, e o compadre estava surrando a mulher dele. Então Abílio Coelho de Carvalho chegou à porta, o compadre que estava batendo disse que ele não entrasse, pois se o mesmo entrasse não ia dar certo, e Abílio Coelho de Carvalho foi falando compadre meu amigo. Ele não provocou a morte dele, quer dizer, o mesmo não provocou a pessoa, mas entrou num ambiente que não deveria ter entrado, só que ele era corajoso, e entrou para ajeitar e veio a ser morto.” (BORGES, 2018).

Já a entrevistada Amanda Lima (2018) destacou que não sabia direito sobre o assassinato do ex-prefeito Abílio Coelho de Carvalho, segundo a depoente:

“Não num posso lhe dizer por que nessa época eu tinha apenas 11 anos, não sei assim todos os detalhes, apesar de que meu pai era funcionário da Secretaria da Fazenda, e a pessoa que assassinou [Abílio Coelho de Carvalho] também era da Secretaria da Fazenda, mas meu pai mantinha muito sigilo perante os filhos de certos acontecimentos que havia.” (LIMA, 2018).

Ao analisar a entrevista das três depoentes acerca do falecimento do ex-prefeito Abílio Coelho de Carvalho, é perceptível que Maria Oneide Rocha (2018) e Olívia Borges (2018) frisam com mais detalhe sobre o acontecido. Já a entrevistada Amanda Lima (2018) salientou que não sabia ao certo, mas mesmo assim também trouxe informações referentes ao assunto, pois a mesma ressaltou que a pessoa que assassinou o ex-prefeito trabalhava na Secretaria da Fazenda.

Diante disso, é relevante elucidar que das depoentes Maria Oneide Rocha (2018, é a mais jovem, e na época do assassinato de Abílio Coelho de Carvalho a mesma tinha apenas um ano de idade. Logo o que ela sabe sobre o ocorrido é como enfatiza Pollak (1992), uma memória quase que herdada, dos grupos coletivos a qual pertence. Ainda com relação à memória coletiva, o autor resalta que a mesma é constituída assim como a memória individual pelos seguintes elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Analisemos o que Pollak (1992), frisa a respeito dos acontecimentos:

[...] Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja,

acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os camisards -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992. p. 2).

Portanto, podemos enfatizar que o assassinato do ex-prefeito é um acontecimento “vivido por tabela”, pela entrevistada Maria Oneide Rocha (2018), pois a mesma não viveu o acontecimento pessoalmente devido sua idade, entretanto como ressaltamos a mesma herdou essa memória dos seus grupos coletivos, logo isso explica o fato da depoente relatar detalhes do acontecimento.

Assim, como a memória de Maria Oneide Rocha (2018) é uma memória da coletividade, as demais entrevistadas também são detentoras de uma memória coletiva no que diz respeito ao assassinato de Abílio Coelho de Carvalho, pois embora as mesmas no período do acontecimento fossem mais velhas do que Maria Oneide Rocha (2018), ainda eram muitos jovens. Além disso, é pertinente analisarmos sobre a memória coletiva da depoente Amanda Lima (2018), visto que esta menciona que não teve acesso a muitas informações a respeito do assassinato do ex-prefeito, devido seu pai ter mantido sigilo, desse modo a entrevistada não herdou de seu grupo coletivo memórias de forma detalhada sobre o acontecimento, tal como ocorreu com as outras depoentes.

Ainda sobre o falecimento do prefeito Abílio Coelho de Carvalho a Ata da Sessão Ordinária da Câmara dos Vereadores realizada no dia 22 de abril de 1948, consta um pedido do vereador Raimundo Francisco de Sousa Brito, para que fosse inserido na Ata do dia o voto de profundo pesar pelo falecimento do então prefeito Abílio Coelho de Carvalho, fato ocorrido em 20 de março de 1948. (ATA..., 22/ 04/1948).

Para, além disso, conforme Albano (2011. p. 51), o prefeito eleito Celso Eulálio juntamente com o vice-prefeito João de Deus Filho, ambos da UDN, iriam comemorar a vitória da primeira eleição popular realizada no mesmo dia do homicídio do ex-prefeito. No entanto como já elucidamos segundo a Ata de Instalação da Câmara de Vereadores de Picos a eleição popular se realizou em 28 de fevereiro de 1948. Desta forma há essa outra vertente acerca da data da primeira eleição popular para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores do município de Picos.

Sobre Abílio Coelho de Carvalho vale ressaltar que de acordo com Albano (2011. p. 51), o ex-prefeito foi nomeado em 23 de janeiro de 1948, com a saída do então prefeito Justino Rodrigues da Luz. Diante disso o mandato de Abílio Coelho de Carvalho durou apenas quase dois meses, e logo assim como Maria do Socorro Portela Marcílio o ex-prefeito permaneceu no cargo por pouco tempo.

Desse modo com o falecimento de Abílio Coelho de Carvalho, Maria do Socorro Portela Marcílio assumiu a prefeitura em 20 de março de 1948, até a posse do prefeito eleito Celso Eulálio, fato este ocorrido em 21 de abril de 1948. Com isso a mesma permaneceu no cargo durante um mês.

A nomeação da ex-prefeita tinha como principal finalidade transferir o cargo para o prefeito eleito Celso Eulálio do partido da UDN. Com relação a isso, a entrevistada Maria Oneide Rocha (2018) ressaltou que “Enquanto havia os tramites legais para que seu Celso Eulálio assumisse, foi nomeada prefeita Maria do Socorro Portela Marcílio” (ROCHA, 2018).

Já a depoente Olívia Borges (2018) frisou que Maria do Socorro Portela Marcílio assumiu a prefeitura devido o prefeito eleito Celso Eulálio não ter aceitado se empossar antes da data marcada que era em 21 de abril de 1948.

“Eu não sei por que Celso Eulálio se negou ir receber a chave no dia, por que ele era prefeito eleito, mas o mesmo queria receber oficialmente. Celso Eulálio não queria que as pessoas dissessem que ele usurpou a prefeitura mesmo eleito sem ser espontaneamente dentro da lei. Assim ele só recebeu no dia marcado para receber, no caso ele iria receber do prefeito Abílio Coelho de Carvalho, mas ele estava morto, então a secretária tomou conta até a hora dele receber. Alguém me contou que Celso Eulálio não quis entrar na prefeitura antes da data de sua posse, por que ele estava eleito era o dono, mas ele não quis, só na data certa de receber oficialmente de alguém, então a secretária entregou.” (BORGES, 2018).

Em ambos os depoimentos é explanado sobre o porquê da nomeação da ex-prefeita, entretanto é pertinente salientar que a entrevistada Olívia Borges (2018) ainda acentuou que a nomeação de Maria do Socorro Portela Marcílio se sucedeu em virtude do prefeito já eleito na época Celso Eulálio não ter aceito se apossar da prefeitura antes do dia marcado, pois ainda faltava um mês para sua posse.

O prefeito eleito em 1948, Celso Eulálio era do partido da UDN que era oposição ao partido PSD, este último de acordo com Moura (2012. p. 37.), antes da primeira eleição popular, ou seja, durante e depois do Estado Novo era muito representativo na cidade de Picos, pois conforme a autora os 10 anos que antecedeu a primeira eleição popular, a família Santos principalmente o Cel. Francisco de Sousa Santos e depois seu filho Adalberto de Moura Santos predominou no poder executivo municipal, com isso o partido PSD se fazia representado em Picos, pois a família Santos apoiava esse partido.

Com relação a essa predominância da família Santos no comando da cidade de Picos a entrevistada Olívia Borges (2018) relatou que:

“Aqui era uma política comandada por coronéis, tinha o coronel Francisco de Sousa Santos que era do antigo PSD. O meu pai e a família do meu pai, o meu tio que era vereador, era do PSD ligados a ele. E o coronel Francisco de Sousa Santos era o coronel que mandava e comandava e era obedecido.” (BORGES, 2018).

Nesse relato de Olívia Borges (2018) constatam-se duas questões importantes além da permanência da Família Santos no poder durante o Estado Novo. A primeira é no que diz respeito à política da cidade de Picos ter sido dominada pelo coronelismo, pois como ressaltamos no capítulo anterior o sistema oligárquico no Piauí não findou com a “Revolução de 1930”, logo a predominância de uma família ou grupo político no poder permaneceu ocorrendo por longo período. Outra informação fundamental frisada pela entrevistada é que sua família era pertencente ao PSD partido político que era oposição a UDN, partido do Dr. Antenor Martins Neiva, este que possivelmente indicou a ex-prefeita para governar a cidade picoense.

Com relação à indicação de Maria do Socorro Portela Marcílio, prefeita em 1948, o que teria facilitado para que a mesma fosse escolhida foi o fato de já se encontrar inserida no contexto político do período, pois como já mencionado, a mesma já trabalhava desde 1945, como secretária da prefeitura municipal de Picos.

Para, além disso, Maria do Socorro Portela Marcílio era pertencente a uma família que se encontrava envolvida no âmbito político, visto que, seu avô materno Filandro Jullef Portela Richard já havia sido prefeito municipal de Picos em 1931. No tocante à designação de Filandro Jullef Portela Richard para comandar a cidade de Picos, Albano (2011. p. 48.), evidencia que o mesmo foi nomeado pelo então interventor do estado. Além disso, o mandato de Filandro Jullef Portela Richard, assim como o da sua neta não durou muito tempo, pois segundo o Portal Genealógico Família Luz, no ano em que o avô da ex-prefeita governou a cidade de Picos, antes do mesmo havia assumido dois prefeitos, e ainda em 1931, foi nomeado o prefeito que o sucedeu. (ASPECTOS..., 2017).

A ex-prefeita segundo Maria Oneide Rocha (2018) teria sido indicada pelo então deputado estadual Dr. Antenor Martins Neiva, que antes, como prefeito de Picos, tinha dado o cargo de secretária à mesma. Além do mais, esse era do mesmo partido que o governador Rocha Furtado, que nomeou Maria do Socorro Marcílio para o executivo municipal, até que o prefeito eleito, Celso Eulálio, assumisse em abril de 1948.

Diante disso observemos o depoimento de Maria Oneide Rocha (2018) referente à indicação por parte do Dr. Antenor Martins Neiva para que Maria do Socorro Portela Marcílio assumisse a prefeitura.

“Então Socorro [Maria do Socorro Portela Marcílio] quando Dr. Kléber Eulálio ganhou, ela veio a Picos fazer uma visita ao mesmo. E depois ela foi homenageada na Câmara pelo o vereador Simão Carvalho. Eu estava na noite dessa homenagem a Socorro Marcílio. E eu ouvi quando ela falou como aconteceu a sua posse como prefeita. Ela disse que quando Abílio Coelho de Carvalho morreu a mesma trabalhava na prefeitura e era formada, ela era contadora e exercia o trabalho de secretária. Na época Dr. Antenor Martins Neiva, que era um político influente e viu Socorro uma pessoa capacitada, apontou a mesma para assumir a transição enquanto Celso Eulálio que foi o primeiro prefeito eleito assumia, e Socorro passou um mês sendo prefeita de Picos.” (ROCHA, 2018).

Ainda com relação ao fato do deputado estadual eleito na época Dr. Antenor Martins Neiva, ter indicado Maria do Socorro Portela Marcílio para ser nomeada prefeita interina de Picos, as depoentes Amanda Lima (2018) e Olívia Borges (2018) não informaram de certeza sobre essa indicação, mas as mesmas acreditam que ele possa ter contribuído para tal.

Segundo Amanda Lima (2018) “Bem eram muito amigos e vizinhos [se refere ao Dr. Antenor Martins Neiva e Maria do Socorro Portela Marcílio], mas não sei te dizer por que eu tinha apenas 12 ou 13 anos naquela época, eu não sei te dizer.” (LIMA, 2018).

Já a entrevistada Olívia Borges (2018) salientou que “Não posso lhe dizer não tenho certeza, pode ter acontecido, por que ele [Dr. Antenor Martins Neiva] era um cara esclarecido, era um médico, e ele tinha influência na cidade, visto que, era deputado estadual, pode ser, mas não posso lhe afirmar por que não sei.” (BORGES, 2018).

É pertinente destacar que das declarantes apenas Maria Oneide Rocha (2018) mencionou com mais detalhes como aconteceu à indicação da ex-prefeita para comandar a cidade de Picos. Além disso, é fundamental enfatizar que as memórias da depoente acerca do assunto em questão, foram construídas a partir do relato da própria Maria do Socorro Portela Marcílio durante a homenagem que recebeu na Câmara de Vereadores em 30 de maio de 2014.

No que diz respeito ainda sobre a nomeação da ex-prefeita, a mesma mencionou em entrevista cedida a Celles Nunes e Douglas Nunes em 18 de janeiro de 2014, que foi convidada para o executivo municipal, logo após o falecimento do ex-prefeito Abílio Coelho de Carvalho. (MARCÍLIO..., 2017).

Assim, de acordo com Maria do Socorro Portela Marcílio, a mesma “naturalmente” assumiu a prefeitura de Picos. “Eu fui convidada, seu Abílio era prefeito morreu e naturalmente eu assumi o cargo.” (MARCÍLIO..., 2017). Entretanto, deve ser elucidado novamente, que a escolha da ex-prefeita, pode ter contado com influências do então deputado

estadual Dr. Antenor Martins Neiva. Com isso, a partir dessa versão a nomeação de Maria do Socorro Portela Marcílio como prefeita interina não ocorreu de maneira “natural”. Além disso, deve-se ressaltar que qualquer outra pessoa principalmente os que se encontravam no contexto político, especialmente do gênero masculino, poderia ter sido nomeado prefeito de Picos.

Ademais, no que se refere à indicação da ex-prefeita, uma matéria do portal “Riachaonet” destacou sobre a visita de Maria do Socorro Portela Marcílio ao Palácio Coelho Rodrigues, então sede da prefeitura municipal de Picos, que ocorreu em 16 de janeiro de 2014. Conforme a matéria, ao fazer a visita a ex-prefeita explanou que ocupar o executivo municipal naquela época foi um desafio devido à abertura política para as mulheres naquele período ser mínima. Apesar disso, Maria do Socorro Portela Marcílio relatou que por ser uma pessoa muito querida provavelmente isso tenha influenciado para que a mesma conseguisse exercer o cargo de prefeita. (PRIMEIRA..., 2017).

De acordo com Maria do Socorro Portela Marcílio “Eu era uma pessoa querida, por que além do meu trabalho na prefeitura eu sempre fui uma pessoa muito voltada para os trabalhos da igreja, essa matriz daqui eu ajudei a construir.” (MARCÍLIO..., 2017). Constatou-se nessa declaração que a mesma se considerava uma pessoa querida pela população de Picos, e para ela esse fator favoreceu a sua posse para o cargo de prefeita. Porém, vale ressaltar que o fato de ser querida ou não pelo povo picoinense não interferiu na referida escolha, visto que, ela foi nomeada pelo governador do estado, e não eleita pelo voto da população.

Ainda sobre a vida religiosa da ex-prefeita as depoentes Amanda Lima (2018), Maria Oneide Rocha (2018) e Olívia Borges (2018) explanaram que Maria do Socorro Portela Marcílio era muito voltada para a igreja. Segundo Amanda Lima (2018):

“Sei que ela [Maria do Socorro Portela Marcílio] era uma moça muito recatada, filha de Picos, muito religiosa, contribuiu muito para a construção da matriz de Picos, ela trabalhou muito. [Com relação à contribuição da ex-prefeita para a construção da matriz] Trabalhando por que naquele tempo o povo era quem construía, não houve nenhuma contribuição de políticos.” (LIMA, 2018).

Ademais, a respeito do engajamento de Maria do Socorro Portela Marcílio na vida religiosa, a entrevistada Maria Oneide Rocha (2018) destacou que “Ela era uma mulher assim muito inteligente, muito engajada na vida da igreja” (ROCHA, 2018). Já a depoente Olívia Borges (2018) salientou que “Lembro-me dela, Socorro na igreja.” (BORGES, 2018).

É importante enfatizar sobre as três entrevistas, a primeira depoente Amanda Lima (2018) assim como Maria Oneide Rocha (2018) frisam a participação de Maria do Socorro Portela Marcílio na vida religiosa como uma qualidade, pois as mesmas citaram outros

adjetivos acerca da ex-prefeita. Já a entrevistada Olívia Borges (2018) diferentemente das outras não colocou o engajamento religioso de Maria do Socorro Portela Marcílio como uma qualidade, pois a depoente apenas relatou que se lembrava da ex-prefeita frequentando a igreja de Picos.

Portanto, neste tópico percebemos que Maria do Socorro Portela Marcílio foi nomeada prefeita, isso mesmo após a Ditadura Vargas. Além disso, foi elucidado que a nomeação da ex-prefeita pode ter sido influenciada por um político importante na época Dr. Antenor Martins Neiva.

3.3. O curto mandato da primeira e única prefeita de Picos

Este tópico enfatizará sobre o mandato de Maria do Socorro Portela Marcílio. Desse modo, será abordado acerca das divergências referentes à duração de seu mandato, bem como a respeito da execução do mesmo, ou seja, será apontado o que foi ou não realizado pela ex-prefeita durante o período em que esteve à frente da prefeitura de Picos.

No que se refere ao preconceito de ser uma mulher administrando a cidade, Maria do Socorro Portela Marcílio em entrevista concedida a Celles Nunes e Douglas Nunes em 18 de janeiro de 2014, destacou que não sofreu preconceitos. No entanto, devemos frisar que as concepções de machismo se modificam, logo, o que atualmente é percebido como atitudes machistas, naquele período possivelmente não era percebido como tal. Diante disso, Marcílio pode ter sofrido algum preconceito machista, entretanto, a mesma pode não ter considerado enquanto tal. (MARCÍLIO..., 2017).

Ainda sobre o machismo em relação a uma mulher no comando da cidade de Picos, a entrevistada Olívia Borges (2018) relatou que:

“É que quando Abílio Coelho morreu não tinha o que fazer o pessoal ficou atordoado imagina entregar a prefeitura para uma mulher, naquela época era assim um absurdo não sei como eles deixaram, é por que ela [Maria do Socorro Portela Marcílio] era uma pessoa muito competente e também tinha lá sua autoridade, e ela vinha de uma família italiana.” (BORGES, 2018).

É perceptível no depoimento de Olívia Borges (2018) que o fato de Maria do Socorro Portela Marcílio ser considerada uma pessoa competente, tenha influenciado para que fosse aceita sua nomeação. Essa competência pode está relacionada ao fato da ex-prefeita no período possuir um curso de Contabilidade, visto que, na época eram poucas as pessoas letradas. Além disso, já ocupava um cargo de grande importância para a cidade, logo isso também pode ter contribuído para que a mesma fosse considerada uma pessoa competente para o desempenho da função. Ainda, é notável na fala da entrevistada que devido à ex-

prefeita ser pertencente a uma família de italianos, isso tenha colaborado para a aceitação da mesma enquanto prefeita interina.

No que concerne à data de posse de Maria do Socorro Portela Marcílio, essa teria ocorrido em 20 de março de 1948. Só que existem fontes que abordam que este fato aconteceu no dia 21 de abril de 1948, data esta em que se realizou a posse do prefeito eleito Celso Eulálio.

As fontes que se referem à posse de Maria do Socorro Portela Marcílio em 21 de abril de 1948 são: a matéria do portal Saiba Mais (MORRE..., 2017), e também o Discurso do Ver. Simão Carvalho na sessão solene do dia 30 de maio de 2014, na Câmara de Vereadores de Picos (DISCURSO..., 2014). Em seu discurso o vereador Simão Carvalho do PMDB enunciou que:

Nesta noite memorável a Câmara Municipal de Picos, homenageia a 1ª e única mulher a administrar o nosso querido município de Picos. Que foi a dona Maria do Socorro Marcílio. Esta homenagem é um reconhecimento que Picos faz para a senhora. Dona Maria do Socorro Marcílio foi prefeita de Picos, nomeada no dia 21 de abril de 1948. Foi prefeita no período em que a mulher enfrentava dificuldades. A discriminação reinava. Mulher era apenas para ser doméstica, e a senhora passou por esse desafio. (DISCURSO..., 2014).

É constatado neste discurso que a posse de Maria do Socorro Portela Marcílio teria acontecido em 21 de abril de 1948. Entretanto, como já apontamos nessa data quem se apossou do executivo municipal picoense foi o primeiro prefeito eleito pelo voto popular, Celso Eulálio.

No que diz respeito à duração do seu mandato também há divergências dentre as fontes. No vídeo em que a ex-prefeita concedeu entrevista a Celles Nunes e Douglas Nunes em 18 de janeiro de 2014, a mesma explicou que ficou exercendo seu mandato até o seu casamento, já que quando se casou foi morar em Fortaleza no Ceará (MARCÍLIO..., 2017).

Com relação à permanência de Maria do Socorro Portela Marcílio no cargo até seu casamento de acordo com a depoente Amanda Lima (2018) a ex-prefeita se casou apenas em 1950, com o senhor Luís Santos, logo a mesma teve que sair da prefeitura de Picos, devido irem morar em Fortaleza no Ceará, onde seu marido já morava mesmo antes do casamento.

Ainda conforme Amanda Lima (2018) não é que o mandato de Maria do Socorro Portela Marcílio como prefeita de Picos durou até 1950, pois como já foi elucidado quem é prefeito da cidade nesse período era Celso Eulálio, que foi eleito em 1948, e ficou a frente do cargo até 1951, quando assumiu outro prefeito eleito. No entanto, a entrevistada ainda acentuou que após a execução do seu mandato de prefeita, Maria do Socorro Portela Marcílio

continuou exercendo a função de secretária da prefeitura de Picos até 1950, quando teve que sair devido seu casamento.

“Meses, assim uns cinco a seis [sobre a duração do mandato de Maria do Socorro Portela Marcílio] por que ela tinha que ir para Fortaleza, já era noiva, saiu para casar. É existe essa versão de que Maria do Socorro Portela Marcílio permaneceu um mês no cargo de prefeita de Picos. Só que praticamente ela mandava na prefeitura por que o prefeito eleito coronel Celso Eulálio, primeiro prefeito eleito pelo voto tinha que manter uma pessoa que tivesse maiores conhecimentos na prefeitura. Assim ela continuou por que era a pessoa que tinha a competência. E assim permaneceu como secretária.” (LIMA, 2018).

Novamente é posto que a competência da ex-prefeita foi um dos motivos para que a mesma continuasse no âmbito político mesmo após findado seu mandato no executivo municipal. Mesmo não sendo mais prefeita de fato após a posse de Celso Eulálio, Maria do Socorro Portela Marcílio desempenhava funções importantes para a prefeitura. Desse modo, sua formação em Contabilidade teria contribuído para que a ex-prefeita fosse escolhida para o desempenho tanto das funções de secretária da prefeitura, bem como, de prefeita interina.

Ainda a respeito do depoimento citado de Amanda Lima (2018) podemos enfatizar sobre a importância do cargo de secretária da prefeitura naquela época. De acordo com a depoente, a secretária era a pessoa de confiança do prefeito Celso Eulálio, já que a mesma comandava de certa forma a prefeitura, isso conforme a entrevistada. Assim como já enfatizamos o papel de secretária naquele período era realmente de suma importância, pois cabia à secretária administrar todos os demais setores que constituíam a prefeitura.

No que concerne ainda acerca da data do casamento de Maria do Socorro Portela Marcílio, o portal JPonline, destacou que a ex-prefeita ao visitar Picos em 2014, recordou da época em que esteve à frente do executivo municipal. De acordo com a matéria, a ex-prefeita relatou sobre a experiência de governar Picos, além disso, ressaltou a data de seu casamento que ocorreu, segundo ela, em 1950, no qual nesse mesmo ano foi embora para Fortaleza capital do Ceará: “Casei-me em 1950 e fui morar em Fortaleza, mas nunca esqueci as minhas raízes e todos os anos eu venho visitar os parentes e amigos. Sinto um misto de tristeza e saudade, por que hoje eu ando e não vejo mais nada de Picos de meu tempo.” (SOCORRO..., 2018).

Ademais, sobre a duração do mandato de Maria do Socorro Portela Marcílio vale notabilizar que há fontes que relatam um período ainda menor com relação à permanência da mesma como prefeita. Uma delas é o depoimento de Olívia Borges (2018), que frisou que segundo informações que teve acesso o mandato da ex-prefeita foi bem menor do que é posto.

“Não tenho certeza não posso afirmar, uns dizem que foram só três dias, outros dizem que foi um mês, outros dizem como ela [Maria do Socorro Portela Marcílio] alegou no tempo em que veio aqui no centenário de Picos em 1990, a mesma esteve

aqui, e inclusive eu fui encarregada das festas do centenário e fizemos uma sessão solene e Maria do Socorro esteve presente, já bem idosa, mas ela sempre foi uma mulher bonita, grande e ela esteve aqui, mas nem assim dar para a gente dizer quanto tempo, por que muita gente na cidade dizia que ela passou de três a cinco dias. [Com relação à alegação de Maria do Socorro Portela Marcílio sobre seu mandato ter durado mais tempo, quase dois anos] É e aí também não vamos dizer que ela estava errada, ou que a mesma estava querendo alguma coisa com isso, não posso dizer por que também não sei.” (BORGES, 2018).

Então, com isso é notório que há diversas versões sobre o tempo de duração do mandato da ex-prefeita. Há vertentes que colocam que a permanência de Maria do Socorro Portela Marcílio no executivo municipal durou dias, outras até meses e também há versão que aludi que a mesma permaneceu até anos.

No que diz respeito à execução do seu mandato, Maria do Socorro Portela Marcílio explanou na entrevista que concedeu a Celles Nunes e Douglas Nunes em 18 de janeiro de 2014, que não houve tempo para realizar nenhuma obra na cidade e ainda destacou que também não nomeou nem demitiu ninguém, continuando com o mesmo corpo de funcionários da administração passada: “Não por que não houve nem tempo e naquela época realmente quando eu assumi era tudo tão bem administrado que eu só fiz dar continuidade ao trabalho que já existia na prefeitura.” (MARCÍLIO..., 2017).

Portanto, com base no relato de Maria do Socorro Portela Marcílio é constatado que a mesma somente deu continuidade ao trabalho da gestão que lhe antecedeu, isso devido o tempo do seu mandato ter sido curto e também por que para a ex-prefeita a administração que lhe precedeu governou muito bem.

Devido ao não acesso a fontes que respondessem sobre a que administração Maria do Socorro Portela Marcílio se referia, já que antes da mesma quem governou Picos foi Abílio Coelho de Carvalho, que ficou no cargo apenas por dois meses, não há como afirmar se o mesmo executou alguma obra, já que seu mandato foi curto.

Logo, ficará essas lacunas sobre a qual administração a ex-prefeita se reportava quando frisou que a administração que lhe antecedeu governou bem, e também ficará esse lapso no que se refere à execução do mandato do prefeito Abílio Coelho de Carvalho. Com isso continuará essas lacunas para serem preenchidas por outros trabalhos historiográficos.

Na entrevista concedida, a ex-prefeita enfatizou que ficou exercendo seu mandato até seu casamento. Assim de 1948, quando assumiu a prefeitura até 1950, decorre praticamente dois anos ou quase este intervalo de tempo. No entanto, ainda nessa entrevista ela relatou que não houve tempo para executar nenhuma obra, e bem como para nomear ou demitir funcionários da prefeitura municipal. Então, é notável na entrevista da ex-prefeita essas duas

versões diferentes sobre a execução e duração de seu mandato de prefeita interina de Picos. (MARCÍLIO..., 2017).

Além disso, acerca de seu mandato a ex-prefeita informou na entrevista que os recursos que eram destinados à prefeitura eram muito limitados, pois de acordo com a mesma, Picos naquela época era uma cidade muito pequena, muito diferente da atualidade. Ainda salientou que não se arrependeu de nada do que fez enquanto estava na administração da cidade de Picos, e se pudesse voltar atrás faria tudo de novo. Ademais, ela ressaltou que se tivesse a oportunidade de assumir a prefeitura novamente buscaria combater a miséria, dando emprego a todos os necessitados. (MARCÍLIO..., 2017).

“Engraçado eu tenho nesse ponto minha consciência muito tranquila, por que eu acho que eu faria a mesma coisa, o que eu pudesse fazer eu faria pelo o bem comum do povo eu procuraria dar uma vida melhor ao povo, e combater um pouco a miséria que hoje vi. Procurar olhar mais para aqueles necessitados, procurar dar emprego e elevar a dignidade de todos era o que eu mais procuraria fazer”. (MARCÍLIO..., 2017).

Com relação a essa fala da ex-prefeita em 2014, é fundamental observamos que de acordo com ela, se a mesma tivesse a chance de governar a cidade de Picos mais uma vez, exerceria seu mandato igualmente como exerceu. Desse modo, apenas iria novamente dar continuidade a administração que lhe antecedeu, pois como já mencionamos a própria Maria do Socorro Portela Marcílio relatou na entrevista que apenas deu continuidade ao trabalho da gestão que lhe precedeu. (MARCÍLIO..., 2017).

Ainda no que concerne a execução do mandato da ex-prefeita, não foi possível encontrar fontes que demonstrasse o que a mesma realizou enquanto esteve à frente do executivo municipal para além de uma entrevista cedida por ela em 2014. Nessa, a mesma acentuou que não executou nenhuma obra e continuou com o mesmo corpo de funcionários. Com isso a ex-prefeita não fez nada de diferenciado em seu mandato. (MARCÍLIO..., 2017).

Já morando em Fortaleza capital do Ceará Maria do Socorro Portela Marcílio continuou no âmbito político, participando de comícios realizados nas candidaturas de seu irmão Flávio Portela Marcílio, que adentrou na política em 1954, e exerceu os cargos de governador, vice-governador e deputado Federal pelo o estado do Ceará. O mesmo durante sua carreira política foi filiado aos partidos: PTB, Arena e PDS. (FLÁVIO..., 2017).

Ainda no que concerne ao âmbito político à ex-prefeita na entrevista concedida em 2014, enfatizou que se fosse convidada na atualidade para ocupar o cargo de prefeita provavelmente a mesma nem aceitasse, pois para Maria do Socorro Portela Marcílio a política se modificou em relação à época em que assumiu. Já que naquele período segundo a ex-

prefeita, a mesma amava política, uma vez que, os governantes se preocupavam com o bem comum do povo, e que os mesmos eram honestos. (MARCÍLIO..., 2017).

Com relação à honestidade dos políticos que governaram a cidade de Picos durante o período em que ela trabalhava na prefeitura, principalmente logo após a execução de seu mandato há outras versões referentes à honestidade desses políticos picoenses, ou melhor, a desonestidade dos mesmos.

No que diz respeito às vertentes que abordaram sobre a desonestidade dos políticos, encontra-se na Ata de Sessão Ordinária de 1949, uma acusação de improbidade administrativa do então prefeito Celso Eulálio. Diante disso, a sessão ordinária realizada na Câmara de Vereadores que discutiu sobre o assunto de irregularidade nas contas públicas do então prefeito, na época, Celso Eulálio sucedeu no dia oito de fevereiro de 1949, primeira sessão deste ano. Na mesma, o vereador José Granja discorreu em defesa do então prefeito. (ATA..., 08/02/1949).

Pelo que foi posto na Ata de Sessão, o prefeito Celso Eulálio foi acusado por um repórter do jornal Resistência em janeiro de 1948. Ainda de acordo com a Ata, o repórter denunciou o prefeito de reformar sua casa com o material da prefeitura destinado para o posto de Puericultura. Entretanto, conforme o vereador José Granja essas acusações eram apenas infâmias e que o prefeito era honesto. O vereador ainda destacou que o jornal que proferiu a denúncia era pertencente a um partido político, dessa forma, não tinha neutralidade necessária para proferir as acusações. (ATA..., 08/02/1949).

Além de que, para o vereador José Granja essa denúncia era um meio encontrado pela administração que antecedeu o prefeito eleito Celso Eulálio, de tirar de suas costas o título e jogar na dos outros. Isso por que segundo o vereador foi-se encontrado desonestidade na tomada de contas da administração que precedeu o prefeito Celso Eulálio. Quem governou antes de Celso Eulálio foi Abílio Coelho de Carvalho e Maria do Socorro Portela Marcílio, só que José Granja não deixou explícito a qual administração se referia. (ATA..., 08/02/1949).

Além disso, o jornal A Ordem (Picos, p. 3, 8 jun. 1952.), ressaltou que o prefeito de Picos Justino Rodrigues da Luz em 1952, desviou da prefeitura quarenta mil cruzeiros para “tirar um amigo de apuros”. A matéria referente a essa notícia foi publicada no jornal em 8 de junho de 1952. Vale salientar que o jornal A Ordem era pertencente ao partido PSD, que no período era de oposição ao então prefeito Justino Rodrigues da Luz, que era filiado a UDN.

Logo, é importante ressaltar que ambas essas fontes tanto o jornal Resistência, como o jornal A Ordem eram vinculados a partidos políticos. E ambos enfatizaram uma versão

diferente da que foi posta por Maria do Socorro Portela Marcílio em sua entrevista com relação à honestidade dos políticos picoenses da época.

Além disso, é importante frisar que durante a vida política da cidade de Picos, principalmente no período aqui trabalhado, a política do município picoense era composta por alguns grupos familiares, ou seja, somente alguns políticos revezavam o comando do executivo e legislativo municipal. Logo podemos notar o predomínio do sistema político do coronelismo, onde apenas grupos seletos alcançavam o poder do município.

Desse modo, apenas algumas famílias detinham o monopólio político na cidade picoense, não ocorrendo assim de certa forma a democracia em si. Essa que por sua vez não se fazia presente na época em que a ex-prefeita governou Picos, já que a mesma foi nomeada, e não eleita pelo processo democrático executado a partir do voto popular.

Ademais, no que se refere ao gosto pela política Maria do Socorro Portela Marcílio na entrevista de 2014, mencionou que não gostava mais de política, e um dos motivos para isso de acordo com a mesma é que os governantes não buscam combater a miséria existente no país, e ainda ressaltou que com a potencialidade que o Brasil tem o mesmo deveria ser um dos países mais ricos do mundo. (MARCÍLIO..., 2017).

No que concerne à ex-prefeita, a mesma após se casar vai morar em Fortaleza-Ceará, onde permanece até sua morte em 25 de fevereiro de 2015. Segundo o portal Saiba Mais, Maria do Socorro Portela Marcílio faleceu vítima de falência múltipla dos órgãos. A ex-prefeita quando faleceu tinha 87 anos, já era viúva e teve seis filhos, treze netos e duas bisnetas. (MORRE..., 2017).

Com o seu falecimento, o então prefeito Kléber Eulálio, no período decretou luto de três dias, e ainda a Câmara Municipal de Vereadores através do então presidente Hugo Victor Saunders Martins emitiu uma nota de pesar em decorrência da morte da ex-prefeita.

Portanto, concluímos que há diversas versões relacionadas ao mandato de Maria do Socorro Portela Marcílio, logo existem divergências que vão desde a data de posse da ex-prefeita até a data do fim de seu mandato.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria do Socorro Portela Marcílio governou Picos em 1948, seu mandato foi interino. Como já discutido, as fontes não nos fornecem um tempo exato de duração de seu mandato, visto que, se fala em dias, meses, ou até mesmo ano. No entanto, sabe-se que o período de tempo em que a mesma ocupou o cargo de prefeita de Picos foi curto, pois conforme a própria Maria do Socorro Portela Marcílio ressaltou não chegou a realizar nenhuma obra na cidade, bem como continuou com o mesmo corpo de funcionários da administração que lhe antecedeu.

Entretanto, sua passagem pelo cargo é de grande relevância, visto que Maria do Socorro Portela Marcílio foi a primeira e única mulher a alcançar o cargo de prefeita de Picos, em uma época em que as mulheres participavam de forma muito modesta da política. Isso principalmente no âmbito municipal, pois até aquele ano de 1948, nenhuma mulher tinha adentrado sequer no legislativo picoense.

Portanto, uma monografia referente à vida e a trajetória política de Maria do Socorro Portela Marcílio é relevante tanto no âmbito acadêmico como social, pois se faz necessário que a vida dessa mulher tão importante para Picos seja conhecida por todos os picoenses.

Além disso, é significativo perceber como essa mulher conseguiu alcançar o cargo mais elevado de um município. Ademais, a passagem de Maria do Socorro Portela Marcílio no executivo municipal picoense não é conhecida por toda a população da cidade de Picos, muitas vezes as pessoas nem sabem que a cidade já foi governada por uma mulher, e em um período em que a abertura feminina para a política era ainda mais restrita do que a atualidade.

Dessa forma, há uma grande importância para esse trabalho historiográfico, pois é fundamental que os picoenses tenham acesso a informações referentes à participação de Maria do Socorro Portela Marcílio na prefeitura de Picos, bem como compreender como e porquê ela conseguiu alcançar esse cargo de prefeita interina de Picos em 1948.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (org.). **Picos nas anotações de Ozildo Albano**. Picos-PI: Gráfica e Editora Brito, 2011, p.183.

ASPECTOS Governo e Administração. **Portal Genealógico Família Luz**. Disponível em <http://www.familialuz.com.br/picospi_governoadministracao.php>. Acesso em: 10 de Novembro de 2017.

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 2º ANO DA PRIMEIRA LEGISLATURA.
Realizada no dia 21/04/1948. Picos-PI. In.: LIVRO Nº 01.

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º ANO DA PRIMEIRA LEGISLATURA.
Realizada no dia 22/04/1948. Picos-PI. In.: LIVRO Nº 01.

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 1º ANO DA PRIMEIRA LEGISLATURA.
Realizada no dia 08/02/1949. Picos-PI. In.: LIVRO Nº 01.

BALEEIRO, Aliomar. **1946/ Aliomar Baleeiro, Barbosa Lima Sobrinho**. - 3.ed.- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 121 p. – (Coleção Constituições brasileiras; v.5).

BANDEIRA de Picos fica a meio mastro no Palácio Coelho Rodrigues em sinal de luto.
Folha Atual. Disponível em <http://folhaatual.com.br/mobile/index.php?page=shmt&ma_id=7275>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2017.

BORGES, Olívia da Silva Rufino. **Depoimento concedido a Monária Gomes de Moura Rocha**. Picos-PI, 2018.

BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense**. Teresina, 2006, p.202.

CONSTITUIÇÃO Do Estado Do Piauhy. 1935. **Arquivo Público Do Estado Do Piauí**, Casa Anísio Brito.

CR\$ 40.000,00 a menos na prefeitura! **A Ordem**, Picos, p.3, 8 jun. 1952. Jornal digitalizado, disponível no Museu Ozildo Albano.

DISCURSO do Ver. Simão na sessão solene do dia 30 de maio de 2014. Disponível na **Câmara de Vereadores de Picos**. Concedido por João Marcos Rufino do Rego, de 51 anos, secretário geral da Câmara de Vereadores.

ELEIÇÕES 1945 a 1994. **Tribunal Regional Eleitoral do Piauí**. Disponível em <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 09 de Novembro de 2017.

ESTADO DO PIAUHY – DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES – **Prefeitura Municipal DE JERUMENHA – ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1940. 1939. Arquivo Público do Estado do Piauí**, Casa Anísio Brito.

EX-PREFEITA é homenageada pela Câmara municipal. **Câmara dos Vereadores**. Disponível em <<http://www.camarapicos.pi.gov.br/site/ex-prefeita-e-homenageada-pela-camara-municipal/>>. Acesso em: 09 de Novembro de 2017.

FLÁVIO Marcílio. **Câmara dos Deputados**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/marcilio.html>. Acesso em: 10 de Novembro de 2017.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LIMA, Amanda. **Depoimento concedido a Monária Gomes de Moura Rocha**. Picos-PI, 2018.

MACÊDO, Jackson Dantas de. **Um tiro no pé ou consciência?: O Estado Novo no Piauí e as eleições de 1945**. Picos – PI, 2017.

MARCÍLIO, Maria do Socorro Portela. **Entrevista concedida a Celles Nunes e Douglas Nunes em 18 de janeiro de 2014**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LSQowqt0m_U>. Acesso em: 10 de Novembro de 2017.

MORRE Em Fortaleza Primeira E Única Mulher A Governar Município De Picos. **Portal Saiba Mais**. Disponível em <<http://www.portalsaibamais.com/novo/2015/02/morre-em->

fortaleza-primeira-e-unica-mulher-a-governar-municipio-de-picos/>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2017.

MORRE primeira e única mulher prefeita de Picos. **Cidade Verde**. Disponível em <<https://cidadeverde.com/picos/66254/morre-primeira-e-unica-mulher-prefeita-de-picos>>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2017.

MOURA, Michele Ribeiro de. **A Participação e a atuação da mulher na sociedade e política do século XX: um ensaio biográfico de Olívia Rufino, Picos-PI (1930-2000)**. Monografia (Licenciatura Plena em História) _ UFPI. Picos-PI: 2012. p.135.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. 132 p.

NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isababelle Pinto. **A trajetória feminina na política brasileira**. II mostra nacional de trabalhos científicos, 2016.

OS PRESIDENTES da República Velha. **Portal da Câmara dos Deputados** . Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCAÇÃO-E-CULTURA/97123-OS-PRESIDENTES-DA-REPUBLICA-VELHA.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. P.200-212.

POLETTI, Ronaldo. **1934/ Ronaldo Poletti**. - 3.ed.- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. – (Coleção Constituições brasileiras; v.3).

PORTO, Walter Costa. **1937/ Walter Costa Porto**. - 3.ed.- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p. – (Coleção Constituições brasileiras; v.4).

PRIMEIRA e única prefeita de Picos visita o Palácio Coelho Rodrigues. **Riachonet**. Disponível em <<http://www.riachaonet.com.br/PRIMEIRA-E-UNICA-PREFEITA-DE-PICOS-VISITA-PALACIO-COELHO-RODRIGUES/>>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2017.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : editora FGV, 2003. 472 p.

ROCHA, Maria Oneide. **Depoimento concedido a Monária Gomes de Moura Rocha**. Picos-PI, 2018.

SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. Teresina : Halley – Zodíaco, 2009. 538 p.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, Memória e Identidade na cidade de Timon na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Teresina: UFPI, 2007. p.111.

SOCORRO Marcílio fala da experiência de governar Picos. **JPonline**. Disponível em <http://www.jornaldepicos.com.br/noticia_detalhe.php?id=5600 / >. Acesso em: 22 de Maio de 2018.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) _ UFPI. Teresina: 2008. p.117.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Monária Gomes de Moura Rocha, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA PICOENSE: Maria do Socorro Portela Marcílio e a década de 1940** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de Agosto de 2019.

Monária Gomes de Moura Rocha
Assinatura

Assinatura